

ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 49 — Série VII — N.º 279
30 de Maio de 1979

Preço: 7\$50

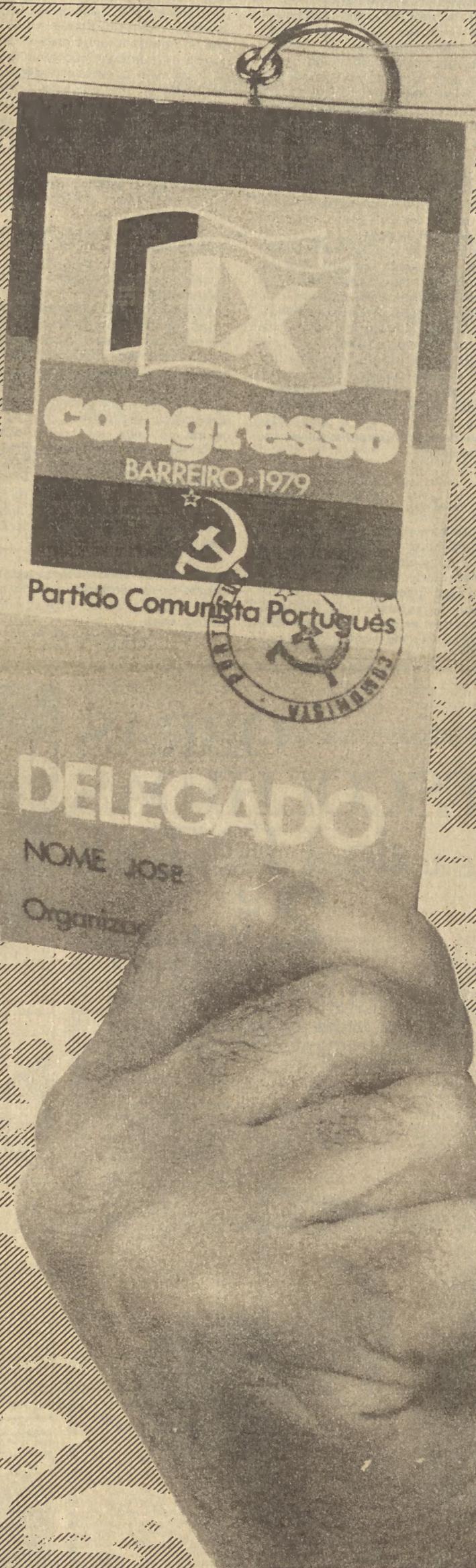
SEMÁNARIO

Propriedade do Partido Comunista Português

Dir./Red. — R. Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 — Telex 18390

Composição e Impressão — Heska Portuguesa

Distribuição — CDL, R. Pedro Nunes, — 1000 Lisboa



COM PORTUGAL PELA DEMOCRACIA

O IX Congresso
do Partido Comunista
Português
abre amanhã
os seus trabalhos
na vila operária
do Barreiro

Editorial

COM PORTUGAL PELA DEMOCRACIA

Editorial

COM PORTUGAL PELA DEMOCRACIA

Amanhã, na cidade proletária do Barreiro, quando as buzaz das fábricas chamarem para o labor quotidiano os trabalhadores barreirenses, terão começo os trabalhos do IX Congresso do Partido Comunista Português.

Significa isso que ficou terminado o ciclo, pleno de vibração, dos trabalhos preparatórios, da discussão das Teses, da eleição de delegados a que vai seguir-se agora o da elaboração final das ideias, das decisões e propostas políticas do Congresso, da eleição do novo Comité Central e dos seus organismos executivos.

E a partir de domingo próximo, dia de encerramento dos trabalhos, seguir-se-á necessariamente uma outra fase, mais longa, porventura mais difícil, que porá à prova o espírito de iniciativa, o entusiasmo e a capacidade organizativa e criadora dos comunistas — a da aferição prática da justeza das decisões aprovadas pelo Congresso, do enriquecimento da experiência acumulada, da criação de condições necessárias que garantam novos desenvolvimentos da luta revolucionária, com o reforço do papel dos comunistas no processo democrático como destacados combatentes pela defesa e consolidação das conquistas do Povo português.

Nos últimos dias centenas de camaradas transformaram o amplo pavilhão gimno-desportivo da Quimigal num autêntico «palácio dos Congressos», construíram no aprazível local que o envolve instalações de acomodação e serviços para o Congresso, os seus delegados e convidados, que permitirão o trabalho dos congressistas com o mínimo de eficiência e condições de alojamento e de estadia.

O Partido Comunista Português lançou-se à preparação e organização do seu Congresso como um grande partido organizado e estruturado para a realização das suas tarefas históricas. O IX Congresso representa um novo passo em frente na vida e na história gloriosa do PCP.



Durante o mês que acaba de passar, desde a publicação do projecto de Teses

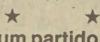
aprovado pelo Comité Central, uma intensa discussão de âmbito nacional se processou em todo o Partido constituindo uma extraordinária manifestação da sua vitalidade e democracia interna e da sua vivência política.

O grande debate interno de preparação para o Congresso processou-se em plena batalha política e ideológica contra as forças reaccionárias, cuja ponta de lança a nível do Poder é o Governo de direita Mota Pinto/PPD, enfeudado às forças sociais e políticas mais retrógradas da sociedade portuguesa e ao imperialismo.

Fortemente marcadas pela conjuntura actual, milhares de reuniões, assembleias e plenários de células, organizações regionais, concelhias e de freguesia do Partido, com a participação de muitas dezenas de milhar de camaradas, trouxeram ao debate uma magnífica contribuição para o enriquecimento do texto inicial, emprestando-lhe um património experimental que só um grande partido operário profundamente radicado nas massas populares poderia proporcionar.

As Teses do nosso IX Congresso e a sua discussão em todas as organizações mostram que nem um só dos grandes sectores da vida nacional ficou fora da acção e da análise dos comunistas portugueses, que nenhum dos grandes problemas imediatos (ou de maior projecção no tempo) que preocupam o Povo português é alheio à actividade e aos esforços criadores e de soluções positivas dos membros do PCP.

Em muitos dos plenários e assembleias de militantes, realizadas para a discussão do projecto de Teses e a eleição de delegados, assistiram e participaram mesmo muitos portugueses não comunistas; em alguns sectores foram organizadas reuniões com antifascistas independentes ou doutrinas formações políticas que se pronunciaram em alguns casos de maneira extremamente interessante e útil para o esclarecimento de algumas teses e problemas.



O que define um partido verdadeiramente democrático é não só a estreita ligação aos trabalhadores, ao povo, à vida em geral e a direcção de classe que imprime à solução

dos problemas nacionais no seu conjunto mas também as formas da sua vida interna, a estreita ligação dos seus organismos dirigentes com a massa dos militantes e organismos de base.

A preparação e organização do IX Congresso, a elevada expressão de democracia interna que caracterizou os debates constituem mais uma concluinte resposta aos que acusam o PCP de antidemocrático e sectário.

Evidentemente que num ponto ou outro se detectam ainda, por vezes, posições sectárias e fechadas, falhas na prática democrática de organismos do Partido, desligamento das massas. Mas são casos esporádicos sem força nem consistência para anular a realidade da vida interior do PCP, caracterizada exactamente pelo elevado teor da sua democracia interna, pelo exercício prático do centralismo democrático em toda a vida do Partido.

A forma como os comunistas preparam os seus Congressos distingue-se radicalmente da forma como os partidos da burguesia e do social-democratismo preparam e realizam os seus.

É na prática correcta no centralismo democrático, da estreita ligação entre os seus organismos do topo à base, na crítica e autocrítica das falhas e insuficiências do seu trabalho que reside a profunda unidade política e coesão ideológica entre os comunistas portugueses — é na impossibilidade de adoptarem uma tal prática e na sua heterogénea composição social que reside a divisão e o enfraquecimento dos partidos da burguesia, cubram-se ou não sob a capa do «socialismo» democrático, personalista ou social-democrático.



A fidelidade ao marxismo-leninismo e ao internacionalismo proletário não só impregnam o projecto de Teses e a sua discussão em todo o Partido como se evidencia na participação de largas dezenas de delegações fraternais de partidos e movimentos com os quais o PCP mantém sólidos laços de amizade internacionalistas.

Estarão entre irmãos de combate que aprenderam a conhecer em duros anos de luta clandestina contra o fascismo o valor da liberdade e da solidariedade, que hoje ainda, perante os perigos e ameaças que rodeiam a democracia portuguesa, sabem poder contar com a força solidária do internacionalismo proletário.

Porque conhecemos ao vivo o valor da solidariedade internacional, todos os que no nosso Congresso se encontrem em representação de movimentos e povos submetidos à opressão imperialista e à exploração do grande capital, todos os que no mundo lutam contra as ameaças de guerra e de intervenção estrangeira, todos os que ainda vivem sob a pata do colonialismo, do fascismo e do racismo, podem contar com a solidariedade activa dos comunistas portugueses e de todo o povo trabalhador de Portugal.

Outras delegações de forças políticas e sociais e movimentos e organizações democráticas portuguesas, assim como outros convidados independentes, estarão no nosso Congresso.

A todos será possível conhecer, de maneira directa e tangível, a verdadeira face dos comunistas portugueses, a sua indefectível determinação de defenderem a legalidade e as instituições democráticas, de respeitarem a Constituição portuguesa.

No Relatório da Actividade do Comité Central, em cada uma das intervenções ao Congresso; em cada manifestação das muitas que assinalarão a grande Assembleia comunista do Barreiro, estará viva a confiança do Povo português na democracia portuguesa, no 25 de Abril, estará em cada uma delas o acendrado patriotismo dos comunistas portugueses.

«Com Portugal pela Democracia» — lema do IX Congresso — não é uma simples bandeira desfraldada ao vento. É uma legenda arrancada à linha política e à prática diária do Partido Comunista Português.

As decisões que dele vão sair representarão um contributo para a materialização desse profundo amor à sua Pátria e à Democracia dos comunistas portugueses.

Viva o IX Congresso do PCP!

Nota do PCP sobre o veto à Lei da Amnistia

A Comissão Política do CC, tendo examinado os problemas colocados pelo veto político do Presidente da República à Lei da Amnistia aprovada pela Assembleia da República em 18 de Abril de 1979, entende declarar o seguinte:

1. Sobre a matéria de fundo, o PCP consideraria como positivas decisões que permitissem pôr fim à incerteza e indefinição da situação de numerosos militares (bem como de civis) acusados de terem cometido delitos políticos e infracções à disciplina militar nos primeiros anos do processo que se seguiu ao 25 de Abril.

2. O PCP considera de a continuação dos processos disciplinares perante os Conselhos de Disciplina Militar não teriam a equidade necessária pois, arumando praticamente o caso dos participantes no 11 de Março, continuariam a sujeitar a graves sanções os acusados de participarem em acontecimentos no 25 de Novembro. Entretanto, embora tendo aprovado na Assembleia da República o projecto Lei da Amnistia, o PCP, independentemente do juízo de fundo sobre a questão, tinha expressado apreensões quanto a eventuais repercussões que poderia ter nas Forças Armadas.

3. Estas apreensões revelaram-se válidas. As forças reaccionárias e da direita procuram transformar o veto do Presidente da República num novo conflito, não apenas entre o Presidente e a Assembleia e as Forças Armadas, conflito que conduza a um impasse das instituições ou ao uso de soluções anticonstitucionais.

4. A presença activa das Forças Armadas na política portuguesa é uma situação de facto que se não pode modificar a curto prazo. Entretanto, o PCP vê com extrema apreensão pressões militares na situação política portuguesa e projectos que,

sob o lema da subordinação das Forças Armadas ao poder civil, poderiam conduzir ao efectivo comando do poder civil pelas Forças Armadas. Esta complexa realidade tem de ser tida em conta nas atitudes a tomar pelas forças políticas.

5. Por estas razões, o PCP, aguardando a mensagem do Presidente da República à Assembleia da República fundamentando o veto, declara que reserva a sua opinião na eventualidade de uma segunda votação da Lei da Amnistia agora votada.

Liisboa, 25 de Maio de 1979
A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira Gomes 1699 Lisboa-CODEX, Te. 768445

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, S.A.R.L. Av. Santos Dumont, 57-2.º D.º 1000 Lisboa Te. 789747/789751

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes - 1699 Lisboa-CODEX Te. 768725/769722

DISTRIBUIÇÃO:
CDL Central Distribuidora Livreira, S.A.R.L. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2.º D.º - 1000 Lisboa Te. 779828/779825

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-Civ - 1000 Lisboa Te. 769705 (Abrangem dos distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal)

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Sicudo, 83 - 1200 Lisboa Te. 372238

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto Te. 289338

Casa da Venda: R. do Almada, 16-2.º Esq. - 4000 Porto Te. 310441

Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.º de Maio 186, Pedrulha - 3000 Coimbra Te. 31286

Centro Distribuidor do Alentejo: Alcarrova de Baixo, 13 - 7000 Évora Te. 26361

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro Te. 24417

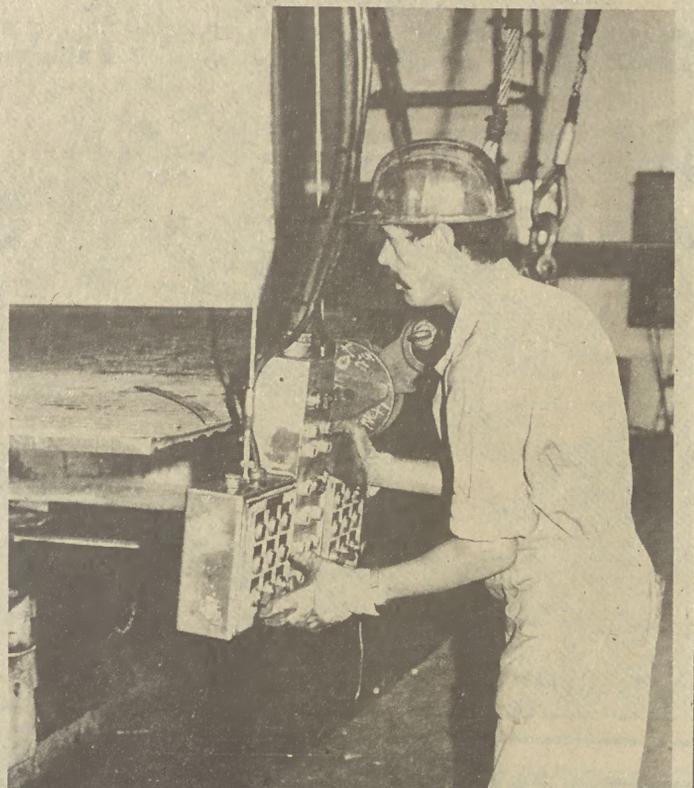
ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º - 1000 Lisboa Te. 779828

PUBLICIDADE CENTRAL:
Av. Santos Dumont, 63-A - 1000 Lisboa Te. 776936/776750 Porto - Rua do Almada, 16-2.º Esq.º - 4000 Porto Te. 31067

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 - Venda Nova - 2700 Amadora Te. 900044

Composto e impresso na Heská Portuguesa R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora

Tiragem média do mês de Abril: 88 650



OBRAS ESCOLHIDAS de LÉNINE

2.º Volume em português

Tradução Rigorosa

Este volume contém obras de Lénine escritas entre Março de 1917 e Novembro de 1918.

PRINCIPAIS OBRAS CONTIDAS NO TOMO 2

- TESIS DE ABRIL • A CATÁSTROFE QUE NOS AMEAÇA E COMO COMBATÉ-LA
- O ESTADO E A REVOLUÇÃO
- OS BOLCHEVIQUES DEVEM TOMAR O PODER
- CONSERVAR OS BOLCHEVIQUES O PODER DE ESTADO?
- DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO POVO TRABALHADOR E EXPLORADO
- AS TAREFAS IMEDIATAS DO PODER SOVIÉTICO
- CARTA AOS OPERÁRIOS AMERICANOS

A venda 800 págs. 250\$00

CDL a distribuição

NOME MORADA LOCALIDADE Desejo receber o Volume(s) 1-□ 2-□ das Obras Escolhidas de Lénine. Para respectivo pagamento envio Ec. \$ 00 em Chequer/Vale de Correo n.º Cada volume 250\$00

Recorte e envie para CDL Departamento venda directa Av. Santos Dumont, n.º 57-C LISBOA-1

edições Avante!

ANGOLA: A TENTATIVA DE GOLPE DE ESTADO DE 27 DE MAIO DE 1977

INFORMAÇÃO DO BUREAU POLÍTICO DO MPLA

PREÇO - 30\$00

CDL a distribuição

Manual de Gestão Democrática das Autarquias

Carlos Costa
António Costa
António Dray
Cavaleira Antunes
Helder Madeira
J. António Silva
Luís Sá
Manuel Fernandes
Mário Saraiva
Marques Picheros
Silva Graça
Teresa Ventura

Lénine

LÉNINE E A QUESTÃO AGRÁRIA

Uma colectânea onde se apresentam de forma sistematizada as ideias de Lénine sobre a questão agrária.

Código n.º 1201 • Preço 60\$00

IX Congresso do PCP/com Portugal pela Democracia

Diálogo com jornalistas

O Sector de Informação da DORL promoveu na última sexta-feira à noite, no Centro de Trabalho Vitória, em Lisboa, uma sessão de diálogo com jornalistas não membros do Partido sobre o IX Congresso, a sua importância no contexto político, as Teses propostas pelo Comité Central e também sobre outras questões ligadas à vida do PCP.

Além de 12 camaradas de diversos sectores de Informação, estavam na mesa da sessão Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central e director do «Avante!», Aurélio Santos e António Abreu, ambos do CC.

O camarada Fernando Cascais, em nome do organismo do Partido que promovia a reunião, dirigiu a todos os presentes (cerca de 80) uma saudação amigável, tendo salientado que o objectivo principal da sessão era a troca de impressões com os jornalistas, em particular sobre as Teses do IX Congresso, ao mesmo tempo que salientou o facto de que «ouvirmos as vossas opiniões poderá enriquecer bastante

a experiência do nosso Partido».

Antes do debate, que se prolongaria durante cerca de quatro horas, o camarada Dias Lourenço fez uma breve intervenção na qual se referiu em linhas gerais aos problemas da Comunicação Social e às especulações na imprensa sobre o IX Congresso. Mais adiante, destacou «a ampla discussão democrática» desenvolvida no seio do Partido no âmbito dos trabalhos preparatórios do Congresso. Num balanço ainda incompleto, Dias Lourenço revelou que chegaram à Comissão de Redacção mais de 5 mil propostas de emenda e aditamento às Teses, tendo-se realizado quase 5 mil reuniões em que participaram largos milhares de camaradas e amigos. O director do «Avante!» chamou também a atenção dos presentes para as principais questões de âmbito nacional e internacional focadas nas Teses.

No período de debate com os jornalistas — dos mais variados órgãos de Informação, sendo de

sublinhar que a esmagadora maioria dos presentes não tem qualquer ligação com o Partido — foram colocadas por estes questões dos mais diversos teores, num total de quase vinte intervenções, que abordaram temas desde a política de unidade do PCP, até ao perigo dos boatos postos a circular pela reacção, passando pela revisão da Constituição da República, influência da direita na juventude estudantil, condições de vida e trabalho e os direitos e garantias dos trabalhadores, os sindicatos amarelos e o divisionismo, a Lei da Amnistia, a defesa da qualidade da vida e a próxima eleição presidencial. Surgiram também questões acerca da vida interna do PCP, nomeadamente sobre a vida nos Centros de Trabalho, os conceitos de «fidelidade ao Partido» e de «moral comunista», etc.

No decorrer da sessão — caracterizada pelo debate vivo e franco e pela boa disposição de todos os presentes — foi proposta a realização de novo encontro após o Congresso.

CTs: locais privilegiados de trabalho, esclarecimento e convívio



Os Centros de Trabalho desempenham importante papel no desenvolvimento da actividade partidária, designadamente da organização. O número de centros é hoje de 434 — assim se referem as Teses para o IX Congresso do PCP à importância que têm na vida do Partido os Centros de Trabalho. Recorde-se que foi no dia 27 de Abril de 1974, apenas dois dias após a queda do fascismo, que os comunistas portugueses saindo da clandestinidade abriram ao povo português as portas do seu primeiro Centro de Trabalho; o local foi o Barreiro, bastião da resistência antifascista.

De então para cá, foram dezenas, e depois centenas, os Centros de Trabalho do Partido que, por todo o país, abriram às populações as suas portas. De tal modo que, nas vésperas do IX Congresso, existem em funcionamento 434.

Os Centros de Trabalho são pontos decisivos da irradiação da influência do Partido, por serem escolas de formação política, por serem um espelho da nossa organização, os Centros de Trabalho do PCP são, simultaneamente, locais privilegiados de trabalho, esclarecimento, estudo e convívio. Mas, reflectindo também por isso mesmo, a cada vez maior influência do PCP no seio das massas populares, os Centros de Trabalho foram, têm sido, alvo das provocações e dos ataques dos inimigos da democracia. Todos nos lembramos da selvajaria impune desencadeada por bandos terroristas contra os Centros de Trabalho do PCP, baluartes da defesa do regime democrático. Tal como se afirmava no referido número de «O Militante»: Não foi por acaso que os bandos fascistas destruíram muitas dezenas deles, e continuam a tentar destruí-los; não é por acaso que os senhores reaccionários se recusam a alugar casas para sedes do Partido Comunista Português. Não é por acaso que em certas zonas a reacção tudo faz para impedir a abertura e funcionamento dos Centros de Trabalho do PCP.



Em Faro, o IX Congresso foi motivo de decoração do edifício do Centro de Trabalho

Porém, a enorme capacidade de luta e de resistência dos militantes comunistas foi-se erguendo como barreira intransponível a estes desejos das forças reaccionárias: a defesa dos Centros de Trabalho perante os ataques reaccionários foram verdadeiros actos de coragem e heroísmo em defesa das liberdades e da democracia; a reconstrução de Centros total ou parcialmente destruídos foi a resposta organizada e firme; a construção e criação de novos Centros lá onde eles ainda não

existiam constituiu a prova do crescimento do Partido, do empenhamento das organizações, da solidariedade militante de outras organizações do Partido e de sectores democráticos. Na altura do VIII Balanço Geral da Organização (Dezembro de 1977), 424 Centros de Trabalho erguiam-se por todo o país. Desses, 11 são da responsabilidade do Comité Central e das DORs; 11 da responsabilidade de Comissões Distritais e de Comissões de Ilha;

131 da responsabilidade de Comissões Concelhias; 197 da responsabilidade de Comissões de Freguesia; 65 da responsabilidade de Comissões Locais; 7 da responsabilidade de organismos dirigentes de sector ou de classe profissional. Traduzindo estes números em termos financeiros, digamos, conforme se salienta nas Teses, que na compra de terrenos e edifícios para Centros de Trabalho estão investidos no total nacional 78 976 contos.

«Segredos» e «mistérios» do PCP

Alguns jornalistas portugueses, nomeadamente os especializados em comentários e análises de natureza política, costumam dizer em rodas de amigos que, quando se trata de escrever sobre o PCP, encontram bastantes dificuldades, resultantes não da falta de «clareza» ou «coerência» — as expressões são deles — das posições dos comunistas, mas sim da prática impossibilidade de detectar dentro do PCP as «linhas», os «grupos», as «diferenças de opinião» ou as «divergências» sobre as quais, em relação aos outros partidos, é fácil escrever. E então, pretendendo aplicar as análises sobre o nosso Partido o mesmo esquema, o mesmo cliché, que lhes é tão útil para analisar os outros, ou a acusar o PCP de «secretismo» ou lançam-se em especulações que, como é óbvio, as mais das vezes acabam por sair furadas. Uma coisa é certa: o grande desconhecimento que bastantes homens de esquerda, e mesmo jornalistas de há muito ligados à Informação, têm do que é e como funciona o PCP.

Ainda as «conotações»

É de admitir que tal desconhecimento pudesse não existir se da parte do PCP houvesse a preocupação em constantemente propagandar a sua vida interna e se, por outro lado, tantas e tão variadas gentes não estivessem interessadas em deliberadamente esconder da opinião pública — a fim de evitar comparações incómodas... — aquilo que realmente é e como é o PCP.

Mas não é menos verdade que alguns jornalistas (e não só) democratas, de alma

e coração com o 25 de Abril, se deixam muitas vezes arrastar pelo estilo e o tom dos portavozes da direita, os quais, como é público e notório, estão exclusivamente interessados, no que toca ao PCP, em alimentar mitos e fornecer «explicações» que se reduzem a meia dúzia de slogans: «falta de democracia interna», «rigidez», «estalinismo», etc. No fundo, é ainda a velha tática das «conotações» a produzir os seus efeitos. Em termos esquemáticos: acusam-se de comunistas, ou de fazerem o jogo dos comunistas, todos os democratas que não são anticomunistas... a fim de os obrigar, para não se sentirem identificados com o PCP, a serem anticomunistas... O uso grosseiro e bacoco desta tática é bem conhecido por parte de Mota Pinto, tendo já até por mais de uma vez sido denunciado por jornais e jornalistas a este respeito totalmente insuspeitos.

Mas a tática das «conotações» vai sendo desmascarada e cada vez surte menor efeito. No sentido de ilustrar isto mesmo, vale a pena citar o caso recente de um conselheiro da Revolução conhecido como firme defensor da Reforma Agrária. Ao ser-lhe perguntado, em entrevista a um semanário, se por isso não se sentia «a fazer causa comum com o Partido Comunista», respondeu: «Essas insinuações que se vão tomando usuais no discurso político, quando rareiam os argumentos para rebater o fundo das questões, cabem num tipo de argumentação que eu recuso. Se com elas se pretende por qualquer forma inibir-me, que fique bem claro que não resulta. Defendo aquilo que considero justo, com total independência, haja

ou não forças políticas ou sindicais, sejam elas quais forem, empenhadas no mesmo combate.» (...)

Unidade e democracia interna

Mas penetremos um pouco nos «mistérios insondáveis» que estão por detrás daquilo que surge como incontestável perante a opinião pública: a unidade interna do PCP, o seu constante reforço e crescimento, a inexistência no seu seio de cisões, o «monolitismo» (a expressão é do semanário reaccionário «Tempo») com que os seus dirigentes falam em discursos e entrevistas.

Uma leitura atenta do Projecto de Teses para o IX Congresso ajuda a perceber as diferenças entre o PCP e os outros partidos, onde abundam os conflitos internos, as medidas disciplinares, as divisões, cisões e dissidências. A unidade do Partido é considerada uma razão fundamental da sua força. Essa unidade resulta de factores como: a justa orientação política que a própria vida vai confirmando; a completa e firme unidade de Direcção e a estreita ligação da Direcção às organizações e militantes; a participação viva de todo o Partido (através de reuniões, encontros, plenários, assembleias, debates, exame de documentos) na elaboração da orientação do Partido; a democracia interna que garante aos militantes a exposição livre dos seus pontos de vista; o respeito pelos militantes, pela sua opinião e pela sua personalidade; a disciplina consciente e voluntariamente aceite; a educação dos

militantes nos princípios do marxismo-leninismo.

Não se trata aqui de fórmulas mágicas, nem de princípios rígidos impostos «de cima», nem de conceitos teóricos transformáveis em medidas administrativas, mas sim de regras práticas testadas em longos anos de vida.

Uma das acusações mais vulgares ao PCP é a de que se trata de um partido antidemocrático. Ora acontece que o alto grau de democracia interna no Partido, sem dúvida superior ao de qualquer outro, é precisamente um dos factores decisivos para a sua correcta orientação política, desenvolvimento orgânico e unidade interna. São aspectos fundamentais dessa democracia interna: o direito de todos os militantes expressarem livremente as suas opiniões e criticarem quaisquer organismos ou camaradas durante as reuniões do Partido; as decisões tomadas por maioria quando não haja unanimidade e a submissão da minoria à maioria; a eleição de todos os organismos dirigentes, da base ao topo; a obrigatoriedade para os organismos dirigentes de darem contas da sua actividade às organizações respectivas.

O caso dos Congressos

Sobre esta questão vem a propósito falar de um exemplo, que é o dos Congressos do Partido. Segundo alguns críticos, tratar-se-ia de manifestações formais de uma unanimidade pré-fabricada, destinada mais a fins propagandísticos do que a discussão séria dos problemas. A persistência desses críticos num tal conceito tem apenas um resultado: enganarem-se a si

próprios, fechando os olhos à realidade.

Os Congressos do Partido são sempre o ponto culminante de um amplo e profundo debate interno, que se prolonga durante semanas, com a realização de centenas e centenas de reuniões e assembleias (2300 em 1976, para a preparação do VIII Congresso), com a participação de dezenas de milhares de militantes (mais de 40 000 em 1976) e a apresentação de milhares de propostas de alteração aos documentos em discussão (cerca de 4500 em 1976). Segundo dados ainda provisórios, os números relativos à preparação do IX Congresso são sensivelmente superiores.

O confronto constante de ideias dentro do Partido, facilitando a unidade de pensamento e acção e proporcionando a participação dos militantes na orientação da linha política, não é uma realidade apenas na preparação dos Congressos. Desde fins de 1976, por exemplo, e para além das reuniões normais dos mais de oito mil organismos em actividade, um número superior a oitenta mil militantes participou em mais de 500 Assembleias de Organização, verdadeiros pequenos congressos eles próprios antecedidos igualmente de um amplo debate na respectiva organização. Por outro lado, os mais de 400 Centros de Trabalho do Partido são, de uma maneira geral, pólos de uma intensa e dinâmica vida interna.

À luz destes números, torna-se mais fácil verificar até que ponto se iludem aqueles que invocam, em tom elogiativo, os congressos de outros partidos, classificando-os de altamente democráticos

por neles se travarem grandes polémicas e se manifestarem antagonismos. Acontece que nesses partidos, ao contrário do PCP, os Congressos são praticamente as únicas oportunidades de que os militantes dispõem para expor as suas ideias e discutir as suas eventuais divergências... Esta distinção nas formas de preparação e realização dos congressos é uma das diferenças mais significativas entre o PCP e os outros partidos.

Trabalho de direcção

Dois palavras ainda sobre o trabalho de direcção. A acreditar em alguns analistas da nossa cena partidária, dir-se-ia que a democraticidade de um partido se deve medir pela forma desencontrada ou mesmo divergente como cada um dos seus dirigentes se exprime publicamente. Parece-nos que um mínimo de bom senso aconselha que um partido, em nome do seu prestígio e da eficácia e operacionalidade daquilo que luta, deve assumir clareza e coerência nas suas posições. E, quando tal acontece — como no caso do PCP — julgamos absurdo e ridículo chamar-lhe «monolitismo»....

Neste como noutros aspectos a imagem do PCP não é idêntica à de outros partidos. Mas acentue-se que a ausência de «linhas» ou «divergências» — lamentada pelos citados jornalistas — não é uma aparência destinada a consumo externo, mas sim o produto natural, quase diríamos óbvio, de uma vida interna com um certo número de características.

Além das já referidas, apontemos mais algumas, relativas especificamente ao trabalho de direcção dentro do

PCP: funcionamento regular e Colectivo do Comité Central e dos seus organismos executivos e carácter colectivo e democrático do trabalho de todos os organismos de direcção, com o respeito pelas decisões tomadas e sua aplicação; permanente consulta e audição das opiniões das organizações e militantes; acompanhamento regular e sistemático da vida nacional e da vida do Partido pelos organismos dirigentes; profunda ligação do trabalho de direcção à organização de todo o Partido e à actividade de massas; existência de direcções regionais com grande autonomia de direcção; existência de comissões especializadas junto do Comité Central com papel activo no estudo de problemas, na definição da orientação e no acompanhamento da actividade prática respectiva; realização de Conferências, Encontros, Colóquios, Reuniões, permitindo o estudo por grandes colectivos de trabalhadores e técnicos de problemas de importância nacional, a definição de justas linhas de orientação e uma dinamização geral da actividade (questões económicas, Reforma Agrária, nacionalizações, problemas dos pequenos e médios agricultores, Mercado Comum, autarquias, ensino, cultura, desporto, quadros técnicos, etc.).

Estilo de trabalho

Os diversos aspectos que temos vindo a enunciar ajudam a definir e a compreender um certo estilo de trabalho, que reflecte a vida, a experiência e a História do PCP. Tal estilo de trabalho tem as seguintes características fundamentais: espírito de classe presente na

orientação e na prática política; trabalho colectivo, ligado à responsabilidade individual; crítica franca e fraternal e autocrítica natural e espontânea (camaradagem, respeito mútuo, fraternidade e solidariedade presentes nas relações entre camaradas; democracia como princípio, como linha de trabalho, como hábito de conduta, como factor de unidade e de disciplina; autoridade ganha pelo trabalho e pelo exemplo e não por razões formais; dignificação das tarefas mais modestas; contacto constante da direcção com as bases e com as massas; dinamismo, energia, espírito de iniciativa, dedicação sem limites à causa dos trabalhadores, da democracia, da independência nacional e do socialismo.

Eis, pois, algumas «chaves» que certamente contribuirão para ter uma ideia mais clara acerca do que é e como é o PCP, «desvendando» assim «segredos» e «mistérios» que afinal só existem para quem persiste em não ver as coisas tal como elas são. Todos estes princípios, normas e características vêm citados no Projecto de Teses para o IX Congresso, mas não constituem inovações, antes consubstanciam uma experiência de longos anos.

Sublinhe-se, a terminar, que a própria invulnerabilidade do PCP à vaga de problemas com que se debatem outros partidos demonstra em que medida estes, ao invés dos comunistas, acabam por reflectir no seu seio e nas suas contradições internas um visível desajustamento com as realidades nacionais, uma incapacidade notória em se adaptarem às exigências e às necessidades impostas pela vida democrática no novo Portugal democrático.

edições Avante! Presente nas Feiras do Livro de Lisboa e Porto

ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DO COMUNISMO CIENTIFICO

CURSO DE MATERIALISMO DIALECTICO E HISTORICO

1.º volume

Materialismo Dialéctico

edições Avante!

BIBLIOTECA DO MARXISMO LENINISMO

O ESTADO E A REVOLUÇÃO

V.I. LÉNINE

Com a Arte para transformar a Vida

edições Avante!

UM IMPORTANTE CONTRIBUTO E PROPOSTA SÉRIA E RESPONSÁVEL DE ESCRITORES E ARTISTAS COMUNISTAS PARA A DISCUSSÃO E ACÇÃO COMUM COM TODOS OS OUTROS ESCRITORES E ARTISTAS DEMOCRATAS E PATRIOTAS PORTUGUESES

CD a distribuição

edições Avante!

Leonid Brejnev

RENASCIMENTO

Renascimento recorda aspectos da vida e da actividade de L. I. Brejnev, nos anos que se seguiram imediatamente à 2.ª Guerra Mundial, em que o papel do dirigente soviético, do Partido e das massas foram decisivos na reconstrução do que os invasores nazis destruíram.

CD a distribuição Preço 70\$000

IX Congresso do PCP/com Portugal pela Democracia

Domingo 3 de Junho 16.30

COMÍCIO DE ENCERRAMENTO
BARREIRO

Intervenções

Partido Comunista da União Soviética

Eduardo A. Chevardnadze, membro suplente do Bureau Político do CC

MPLA – Partido do TrabalhoAntónio dos Santos Franca (Ndalo),
membro do Bureau Político e comandante das Forças Blindadas das FAPLA**Partido Comunista do Vietname**

Tran Huu Duc, membro do CC e Procurador-Geral da República

FRELIMO

Armando Panguene, membro do CC

Partido Comunista Português

Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP

Delegações dos partidos irmãos

Esta lista vai aumentar. Ontem, não tínhamos ainda todos os nomes dos camaradas estrangeiros que nos visitam e nos trazem a solidariedade internacionalista dos partidos irmãos por ocasião do IX Congresso do PCP. Embora incompleta (outra se seguirá com as delegações completas) esta relação já testemunha, por si só, como o nosso Partido merece o apoio internacionalista da classe operária e dos restantes trabalhadores organizados por esse mundo fora na luta comum por um mundo melhor.

Partido Comunista da União Soviética

Eduardo A. Chevardnadze, membro suplente do Bureau Político do CC Ivan G. Gritzov, membro suplente do CC Vadim V. Zagladine, membro suplente do CC

Partido Socialista Unificado da Alemanha

Werner Felfe, membro do Bureau Político, 1.º secretário da Direcção Distrital de Halle Herbert Häber, membro do CC e chefe de secção do CC Heinz Lehmann, chefe de sector no departamento de Relações Internacionais Karl-Heinz Ehlers, membro do Departamento de Relações Internacionais do CC

Partido Comunista do Vietnam

Tran Huu Duc, membro do CC e Procurador Geral da República Mai Xuan Canh, membro do Departamento de Relações Internacionais do CC

Partido Comunista Búlgaro

Pencho Kubadinsky, membro do Bureau Político do CC e Presidente do Conselho Nacional da Frente da Pátria Boian Mikailov, colaborador do Departamento Internacional do CC Ivan Marinov

Partido Comunista da Checoslováquia

Antoinin Kapek, membro do Presidium e Secretário do CC Jan Janik, membro do Presidium, secretário do CC do Partido Comunista da Eslováquia Stureiter, membro da Secção Internacional do CC

Partido Operário Unificado da Polónia

Józef Pinkowski, secretário do CC Krysztof Ostrowski, chefe adjunto da Secção Internacional do CC

Partido Socialista Operário Húngaro

Jenő Fock, membro da Comissão Política György Sikula, 1.º secretário da Comissão do Distrito de Hajdu-Bihar

Partido Popular Revolucionário da Mongólia

A. Gotov, membro do CC, secretário do Presidium do Grande Kural (Parlamento)

Partido Comunista de Cuba

Blas Roca, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC Julio Balhesta, da Secção Internacional do CC

Partido do Trabalho da Coreia

Kim Guk Hun, membro do Comité Central Kang Sok Zu, chefe da Secção Internacional do CC Bek Mun Song, colaborador do CC

Partido Comunista Romeno

Virgil Cazacu, membro do Comité Político Executivo e secretário do CC Iosif Sasz, primeiro-secretário do PCR do distrito de Harghita Ion Dan Stefan, funcionário da Secção de Relações Internacionais do CC

Liga dos Comunistas da Jugoslávia

Milan Daljevic, secretário executivo do Presidium do CC Radovan Medjedovic, membro da Presidência do Comité Regional de Vojvodina Ljubo Paligoric, conselheiro da Presidência do CC

FRELIMO

Armando Panguene, membro do CC e embaixador da RPM em Lisboa José Correia Ganância, membro do CC

MPLA-Partido do Trabalho

António dos Santos Franca (Ndalo), membro do Bureau Político e Comandante das Forças Blindadas das FAPLA Ilídio Machado, membro do CC, secretário do CC para a Administração e Finanças e Controlo Financeiro do Estado Mendes de Carvalho, membro suplente do CC, secretário do Departamento do CC para Autarquias Locais, comissário Provincial de Luanda Adriano Sebastião, embaixador da RPA em Lisboa

MLSTP

Francisco Fortunato Pires, membro do Conselho Coordenador e secretário Administrativo

Partido Comunista Alemão (DKP)

Herbert Mies, Presidente do DKP Kurt Scacht, membro do Presidium e do Secretariado do CC

Partido Comunista Francês

Francette Lazard, membro do Bureau Político do CC Roger Trugnam, membro da Secção de Política Exterior do CC

Partido Comunista Italiano

Pietro Conti, membro do Bureau Político do CC Fabio Mussi, membro do CC

Partido Comunista da Grécia

Stratis Tsambis, membro do Bureau Político do CC

Partido Comunista do Uruguai

Rodney Arismendi, secretário-geral

Partido Comunista do Chile

Orlando Millas, membro do Bureau Político do CC

Partido Socialista Unificado de Berlim-Oeste

Inge Koop, vice-presidente do PSUB-O

Partido Comunista Peruano

Manuel Miguel de Priego Chacón, membro do CC, director do «Unidad», órgão central do PCP

Partido Comunista da Argentina

Julio Laborde

Partido Comunista de Espanha

Santiago Alvarez, membro da Comissão Política do CC Francisco Trives, membro do CC e responsável da organização da Catalunha

Partido Comunista Iraquiano

Ara Khachador Voskânian

Partido Popular Democrático do Afeganistão

Said Hassan, reitor da Universidade de Kabul

Partido Comunista da Finlândia

Arvo Kempainen, membro do CC e deputado Kanerva Cedersthöm, colaborador da Secção Internacional

Partido Comunista de Israel

Tamar Gozansky, membro do CC

Partido Comunista da Dinamarca

Villy Fugzsang, membro do Bureau Político do CC

Partido Comunista da Noruega

Alf Ingum, membro do Bureau Político do CC e do Secretariado do CC para a Educação e Informação

Partido Comunista da Bélgica

Albert de Coninck, secretário nacional e responsável do Departamento de Relações Internacionais

Partido Comunista da Irlanda

Michael O'Riordan, secretário-geral

Partido Suíço do Trabalho

Andre Rauber, membro do CC e redator da «Voix Ouvrière»

Partido Comunista da Grã-Bretanha

Jack Woddis, responsável da Secção Internacional

Partido Comunista da Índia

Sarada Mitra, membro do Conselho Nacional e representante do PC da Índia na «Revista Internacional»

Partido Comunista da Holanda

Marcus Bakker, membro da Comissão Política do CC e Presidente do Grupo Parlamentar

Partido Comunista da Áustria

Franz Hager, membro da Comissão Política do CC

Partido Comunista do Japão

Chôju Ugai, membro do CC e representante do PCJ na «Revista Internacional»

«Revista Internacional»

Pavel Auskberg, membro do CC do Partido Comunista da Checoslováquia

Partido Socialista do Yemen

Abounakil Sarooqi, membro do CC

Partido do Progresso e do Socialismo (Marrocos)

Simon Levy, secretário do CC e membro do Bureau Político

Partido Baas da Síria

Fadel Al Ansari, membro da Direcção Nacional e Responsável do Departamento de Propaganda, Informação e Publicações

Partido Progressista do Povo Trabalhador de Chipre (AKEL)

Andreas Kannaouros, membro do CC

Amanhã, no Barreiro, tudo p

Tudo a postos, amanhã, para o IX Congresso. Em todo o país. E agora, sobretudo, no Barreiro. Todas as organizações do Partido estudaram já as Teses e as discutiram, propuseram as suas emendas, elegeram os seus delegados. Na margem Sul, além desse vasto trabalho preparatório, também as organizações do Partido se debruçaram sobre outras tarefas não menos importantes, que foram e são organizar as formas de apoio para que o IX Congresso decorra como os anteriores ou melhor ainda.

Tratava-se de, em instalações que não podem ser comparadas com aquelas de que os comunistas dispuseram no VIII Congresso e hoje não puderam encontrar, mercê da política anticomunista que os governantes há muito tempo prosseguem, organizar o espaço e as estruturas necessárias para que delegados, convidados e serviços de apoio possam trabalhar durante quatro dias.

Os delegados vão chegar de todo o país. Vêm de autocarro ou de comboio, atravessam o Tejo se vierem do Norte ou do Centro, tomarão as estradas do Sul para entrar no Barreiro se os locais onde vivem e trabalham se encontram do outro lado do Tejo. No Barreiro, estará tudo a postos para recebê-los.

Passadas duas semanas sobre a primeira reportagem que fizemos entre os camaradas que na vila operária da margem Sul labutavam para que o pavilhão do Congresso — o Pavilhão dos Trabalhadores da Quimigal —, e também a área à sua volta, se transformassem no que serão amanhã, quando os delegados, os convidados, as representações de partidos irmãos tomarem os seus lugares, lá voltámos no passado domingo. O que vimos há duas semanas, o entusiasmo com que todos trabalhavam, a confiança com que todos encaravam o termo dos trabalhos dentro dos prazos, teve já os seus resultados: não poderíamos reconhecer nem o próprio pavilhão nem o terreno à sua volta.

Centenas de camaradas

Na manhã abafada, quando chegámos, já muitas centenas de camaradas se dedicavam às variadíssimas tarefas, num ritmo muito mais vivo e apressado que da primeira vez. Muitas caras novas, de homens, mulheres e jovens, entregues ao trabalho. Não havia tempo para conversas. Um sorriso, um aceno, e seguíamos, tentando obter, em cada uma das imagens de esforço e dedicação que encontrávamos, a panorâmica geral dos preparativos.

A uma pergunta que aqui e além fizemos, uma só resposta:

— Na quinta-feira, logo pela manhã, tudo estará a postos para o Congresso.

Fomos buscar o nosso cartão de acesso ao recinto. Na mesa improvisada cá fora, um camarada tomava nota dos nomes dos que iam trabalhar, uma muito longa lista, com centenas de nomes. Depois, a seguir à entrada, na recepção, os camaradas aglomeravam-se, perguntavam onde eram necessários e, segundo as suas qualificações profissionais, lá se dirigiam aos respectivos sectores. O Pavilhão, quase todo pintado de novo, albergava mais de uma centena de militantes que se dedicavam às actividades mais diversas.

Um tecto falso, a muitos metros de altura, ostentava, em centenas de faixas, as cores nacionais e as do Partido. Pendurados no alto das traves, auxiliados por uma grua que evoluçionava cá em baixo, os electricistas faziam subir as luzes que vão fazer sobressair o brilho do Congresso.

Cá em baixo, em dezenas de máquinas de costura, muitas mulheres cosiam novas faixas de cor, para a decoração da sala. Só em pano, mais de cinco quilómetros são utilizados.

Construir

Nem só adaptar ou decorar tem sido o fundamental do trabalho dos camaradas. Houve que construir. De pedra

e cal, cá fora, onde um pequeno pavilhão foi erguido para serviços de apoio.

No interior, houve que construir bancadas em tubo e prancha, que os lugares não chegavam para os convidados, para a imprensa, para delegações. A tribuna, que vimos a erguer, ocupando todo o fundo do pavilhão, teve de ser concebida, planeada, construída.

Não admirava pois que as serras trabalhassem em pleno, se amontoasse a serradura de um lado, as pranchas para as mesas dos delegados e as que vão inserir-se na tribuna, do outro. Quilómetros de fio e cabo eléctrico, uma instalação nova para poder abarcar todo o consumo de energia que a iluminação do Congresso vai exigir. Projectores erguendo-se já para ficarem pendurados lá bem no alto, onde evoluíam, como acrobatas, os camaradas mais experimentados nestas lides.

Não era porém a ideia de caos que nos dava. Sem atropelos, os camaradas agrupavam-se junto dos sectores em que desenvolviam as suas actividades — serrando, cortando pano, cosendo à máquina, pintando, colando fotografias para exposição e decoração da sala, fazendo ligações eléctricas.

O recinto propriamente dito do pavilhão começa a ser coberto de tapete. Em breve as mesas e bancos dos delegados encherão a sala. Mais de mil e setecentos delegados ficarão decerto um pouco apertados no interior do pavilhão.

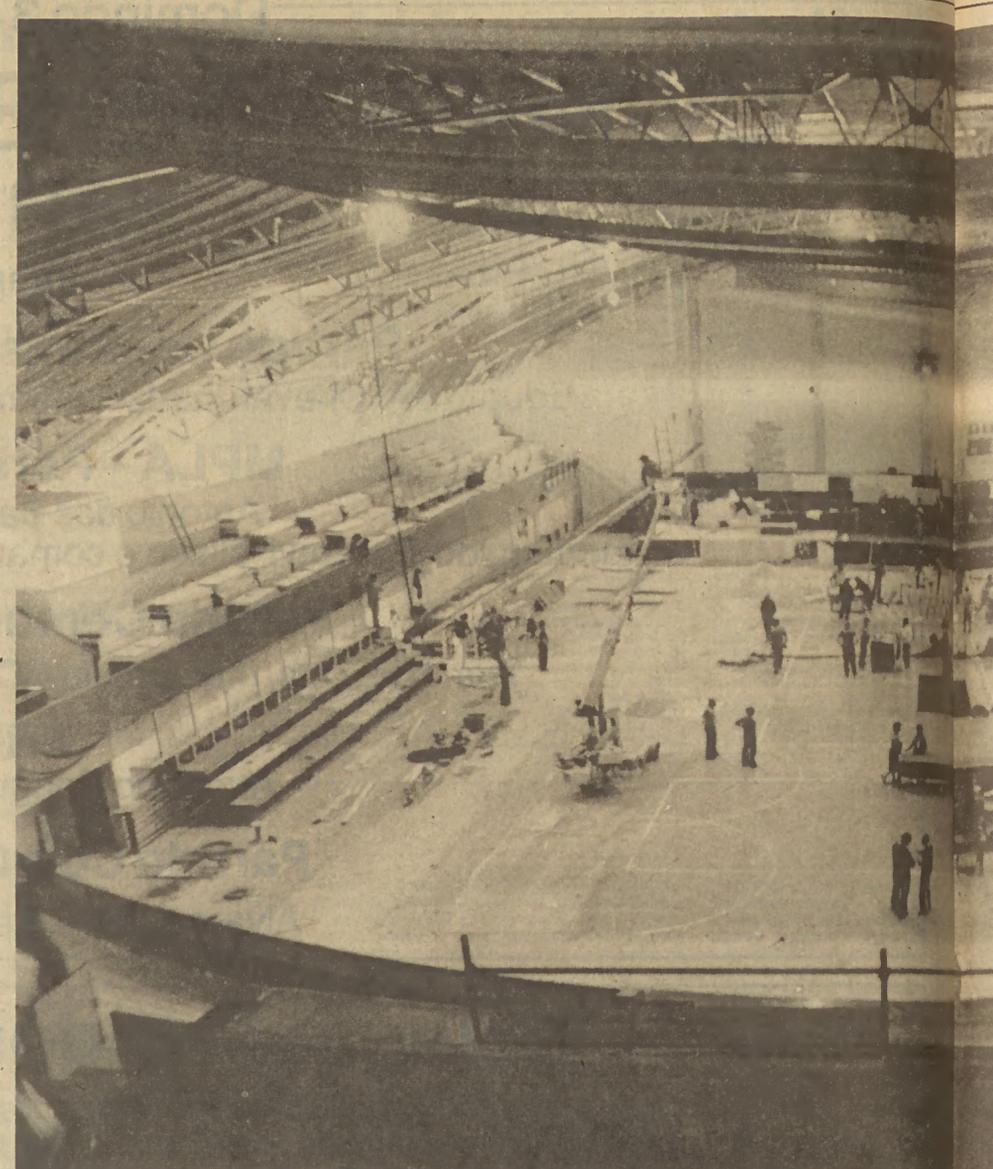
Cá fora também é Congresso

Não falando da decoração dos Centros de Trabalho — e vimos muitos, no distrito de Setúbal, que apresentam uma decoração festiva, anunciando o IX Congresso do Partido —, não falando das ruas de muitas localidades do distrito, com faixas onde em letras de cor se vitoria o Congresso, onde bandeiras do Partido e bandeiras verdes e vermelhas lembram a projecção nacional do acontecimento, não falando mesmo das várias placas que indicam o caminho do Barreiro e o do Pavilhão para os que amanhã o vão encher na reunião do órgão máximo do PCP, não falando disso tudo e ficando apenas pelo recinto à volta do Pavilhão e pela área que o circunda cá fora, podemos dizer que já de muito longe se pode dar conta da vida e da cor que o Congresso vai espalhar para fora.

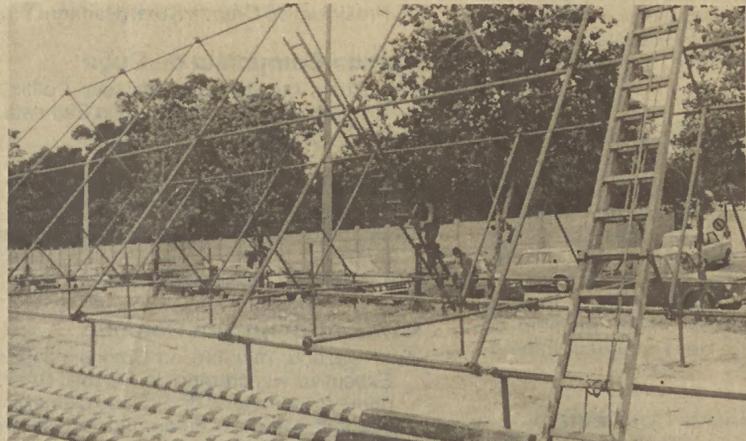
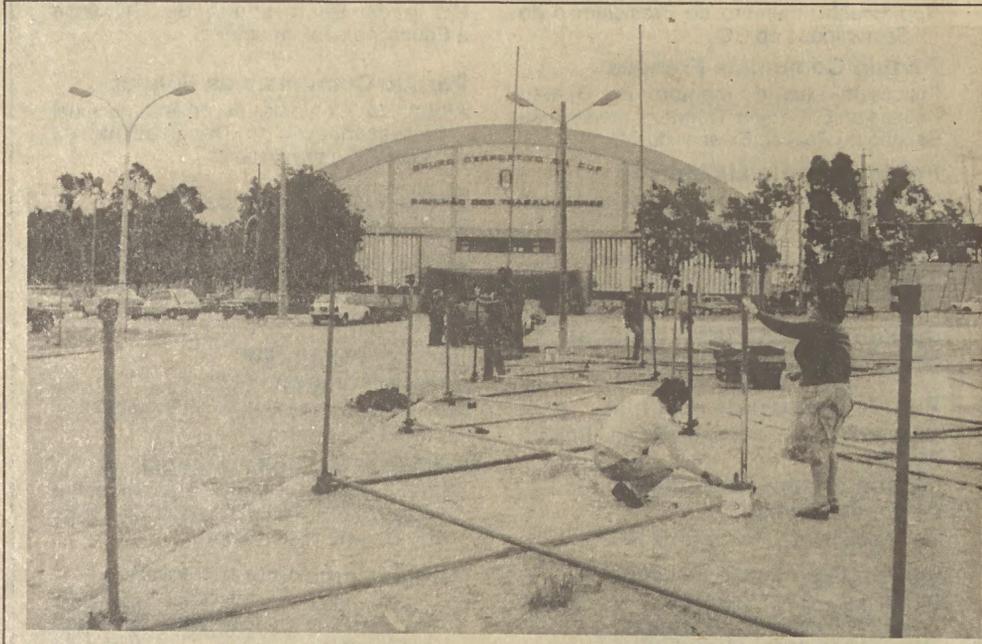
Visitámos o acampamento onde algumas tendas estão já montadas, onde a recepção se encontra preparada para receber os muitos camaradas que ali irão pernoitar e onde encontrarão as condições de um parque de campismo, com água corrente, sanitários e duchas; os restaurantes que vimos já montados e a serem pintados, um último retoque de cor sob os toldos vivos; as terraplanagens, caminhos novos onde milhares de camaradas e amigos darão os seus passos nos intervalos.

No grande terreiro em frente ao Pavilhão, montam-se as estruturas de tubo onde grandes painéis alusivos ao Congresso e bandeiras flutuando saudarão os congressistas e os convidados.

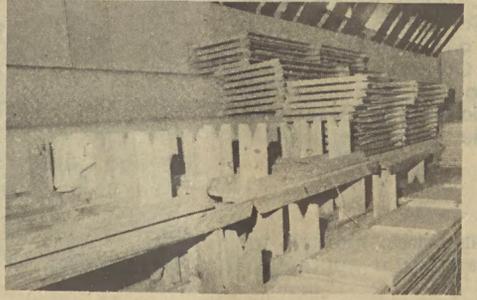
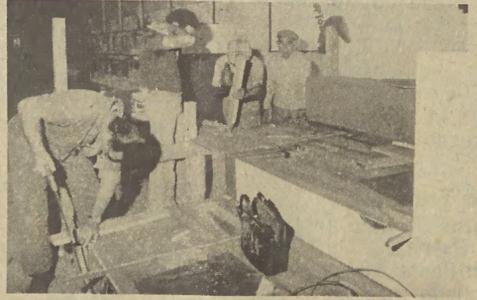
A toda a volta, stands de várias organizações do distrito, onde trabalham ainda na instalação camaradas que vieram ao Barreiro, vindo de vários concelhos e grandes células. Trabalhos de pintura, montagem de exposições, ocupavam o tempo dos camaradas. E também nas suas expressões, atarefadas e entusiasmadas, vimos a mesma certeza: amanhã, no Barreiro, está tudo a postos para o IX Congresso!



É aqui, neste Pavilhão, que amanhã se vão reunir os delegados eleitos em todo o Partido para o IX Congresso. Durante quatro dias, no Barreiro, o órgão máximo do PCP vai debruçar-se sobre os problemas mais prementes da classe operária, dos trabalhadores, dos trabalhadores portugueses. Aqui, neste Pavilhão, o Congresso aprovará as resoluções que todos os membros do Partido levarão à prática posteriormente. Um Partido cada vez mais forte, mais unido e coeso, mais ligado às massas e muito mais numeroso que na última anterior Congresso, por virtude de uma política correcta, teria de ter uma representação de delegados forçosamente mais numerosa; e é assim que, no Pavilhão dos Trabalhadores da Quimigal, cada parcela de espaço teve de ser estudada para que as condições de trabalho fossem as melhores. Aqui têm trabalhado centenas de militantes, não poupando esforços, prescindindo de fins-de-semana e presen-



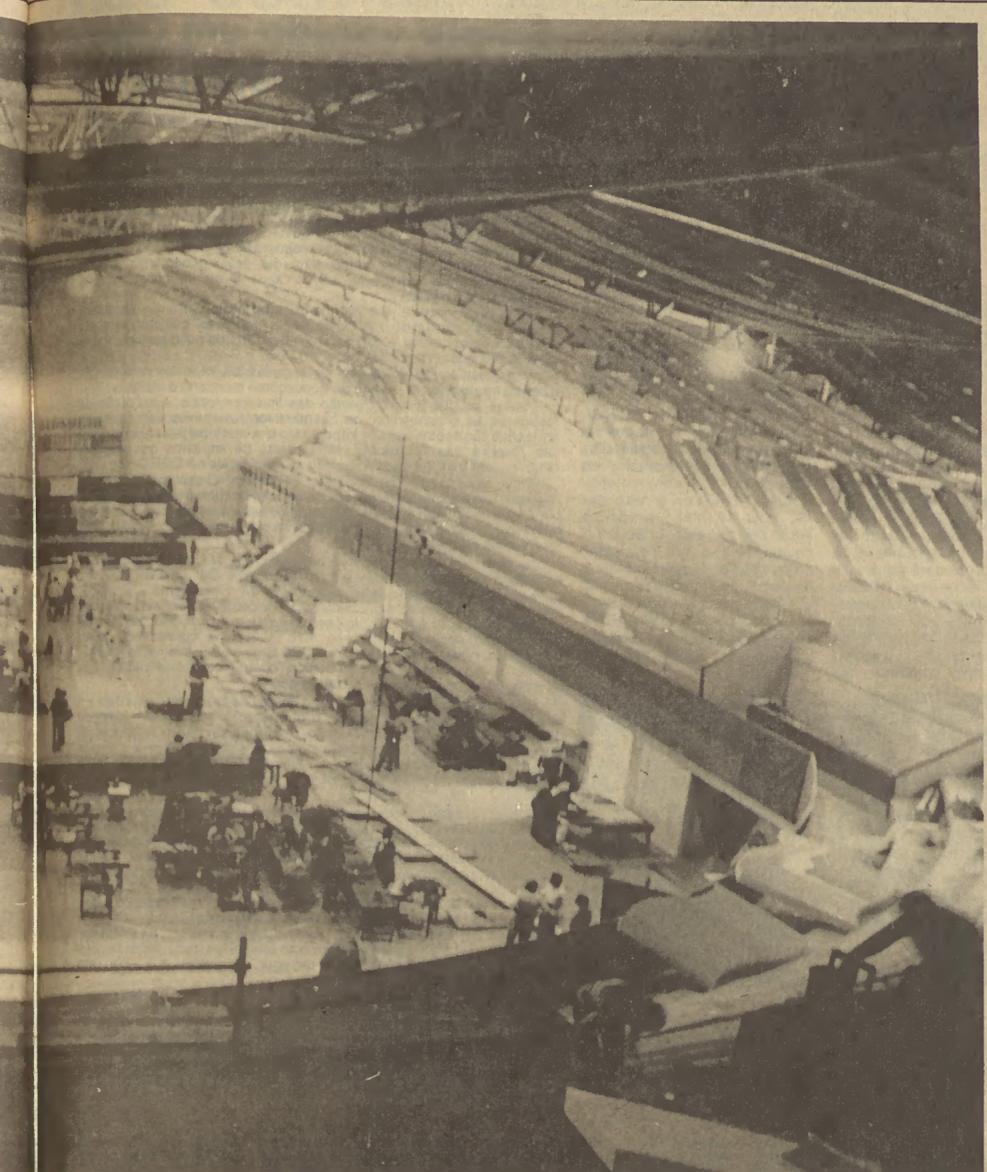
O Congresso, o IX Congresso, não caberia no estreito espaço do Pavilhão dos Trabalhadores da Quimigal. Teria de transbordar, tanto para o recinto nas traseiras, onde ficará o parque de estacionamento reservado, os restaurantes, os serviços de apoio, o acampamento, como para o terreno fronteiro. Milhares de delegados e convidados aí encontrarão as refeições, o espaço para um passeio entre as sessões, numa pausa em que muitos aproveitarão para coordenar as suas notas. E também exposições, cá fora, organizadas pelas células e outros organismos do distrito. Bandeiras e grandes painéis com palavras de ordem, a cor da solenidade e da festa estarão presentes no Barreiro, durante quatro dias. E vão, decerto, deixar recordações vivas em todos os que lá forem. Tudo isto, custou, entretanto, muito trabalho, muito esforço, muito entusiasmo e dedicação a centenas de camaradas e de amigos. Que, também deste modo, participaram na preparação do IX Congresso



Ainda não foi possível saber qual o material mais usado durante as «obras» para o Congresso. O pano?, a madeira?, o fio eléctrico? Cada um destes materiais exigia à partida a sabedoria para o trabalhar. Os especialistas que dele extraíram o que de melhor podiam, segundo os planos previamente traçados. Não foram os montadores, decerto, os que carpintearam. Mas muitos camaradas de «outras profissões» não se furtaram a uma ajuda. E lado a lado com carpinteiros experimentados, construíram dezenas, centenas de mesas para a tribuna e para os delegados, serraram centenas de pranchas para as bancadas que se juntaram às de pedra que o pavilhão possuía. O ruído das ferramentas rassoava no recinto que se vai encher com as vozes dos comunistas nos próximos dias. Muitos destes camaradas não serão delegados ao Congresso. Mas trabalharam arduamente para ele. Com o mesmo empenhamento com que discutiram as Teses, com que contribuíram para a definição da linha política do Partido

As camaradas vieram para trabalhar, o que é a continuação da sua vida do dia-a-dia. Vimo-las nas mais diversas tarefas e também nesta, a de coser à máquina. Para algumas será ainda a sua profissão. Para outras será a continuação das muitas sabedorias que as mulheres trabalhadoras possuem. Longas faixas de pano vermelho, sobretudo vermelho, deslizam na máquina e juntam-se a outras longas faixas vermelhas ou, também, verdes. Já passaram cinco longos quilómetros de pano por estas máquinas em poucos dias, cujas cores irão decorar significativamente as paredes e os tectos da ampla sala onde se reunem os delegados, amanhã. As cores que falam do Partido dos Trabalhadores e das lutas dos trabalhadores de Portugal. As cores do Congresso em que muitas mais mulheres vão participar, atestando a sua maior presença nas lutas, a sua maior influência na vida política do país, a sua maior representatividade no Partido em cuja história tantas mulheres se têm destacado

Preparativos para o IX Congresso



...o mesmo do período normal de repouso findo o dia de trabalho nas empresas. Aqui, camaradas electricistas, pintores, carpinteiros, decoradores, costureiras, sob a orientação dos mais experientes, dão seguimento às inúmeras tarefas que, em conjunto, vão transformando a face deste recinto. A foto, tirada no passado domingo de manhã, não poderá dar uma ideia nem de como ficará amanhã, do trabalho que tem exigido a sua decoração e a instalação de tudo o que é necessário à actividade do IX Congresso. Instalação de bancas, confecção de um tecto falso, construção da tribuna, as centenas de mesas e bancos para os delegados, a cobertura do chão, a preparação do próprio pavilhão, a instalação de bancadas para alargar o espaço que vai ser concedido aos convidados e às delegações e à imprensa, transformarão o pavilhão desportivo numa grande sala de Congressos - a sala do IX Congresso do PCP



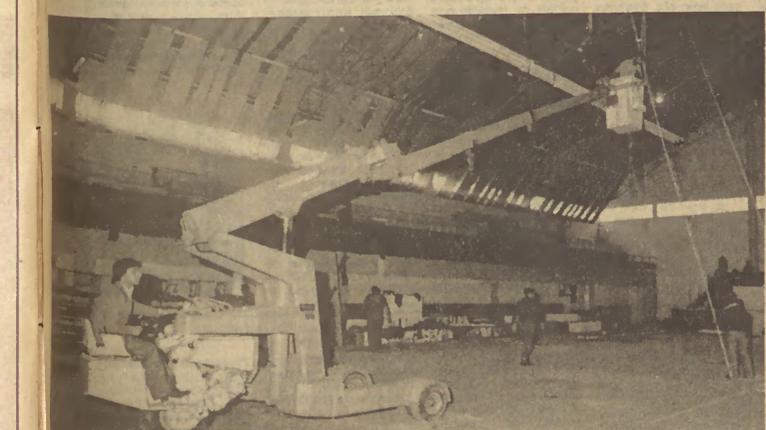
Este é o Centro de Trabalho de Almada. Aqui como em muitos outros Centros de Trabalho do PCP, as fachadas - e mesmo os interiores - decoram-se com motivos alusivos ao IX Congresso. Cartazes e bandeiras, numa decoração mais ou menos cuidada, mas sempre realizada com o carinho que os comunistas dedicam à reunião do seu órgão supremo, os Centros de Trabalho, vitorizando o Congresso, trazem-no para a rua, comunicam aos trabalhadores e aos democratas o entusiasmo que vivem, ao abordar, com a solenidade comum aos Congressos, os problemas políticos, económicos e sociais do povo a que pertencem. A decoração dos Centros de Trabalho, por todo o lado, mas especialmente no distrito de Setúbal, dá mais uma dimensão nacional ao acontecimento dos próximos quatro dias. Mas não são estas apenas as formas que os militantes comunistas encontraram para divulgar o Congresso do PCP. Não têm número as faixas, nas ruas e estradas, os murais, os cartazes que pudemos ver na região de Setúbal. Brigadas de camaradas procedem às colagens, erguem andaimes para pintarem bem alto os murais alusivos, sobem a escadas para colocarem bandeiras



Vieram de muitos lados. Uns trouxeram os fatos de trabalho, além da sua experiência e das suas qualificações profissionais. Todos trouxeram o entusiasmo e a vontade de acabar no prazo previsto os preparativos que no Barreiro se efectivaram para que o Congresso possa desenrolar-se em condições. Uns são operários, outros empregados, uns são homens, outros são mulheres, muitos jovens participam também. De vários concelhos do distrito de Setúbal, mas principalmente do próprio Barreiro. Na recepção, onde funciona também uma instalação sonora, distribuindo avisos, estão camaradas que os esperam, que dão informações, que lhes podem indicar o camarada a quem se dirigir para a realização das tarefas para as quais se sintam mais capacitados. Era assim na manhã de domingo, como nos dias anteriores e como nos dias seguintes. Porque até amanhã, pela manhã, tudo tem de estar pronto. Não havia mãos a medir. O trabalho era muito e o tempo curto. Mas estava tudo organizado para que corresse da melhor maneira. Nisto de organização, os comunistas sabem como é. E inventam sempre a forma mais adequada, o método mais correcto. E tudo, depois, apesar do esforço, parece correr facilmente



Se calhar houve quem não acreditasse. Mas o facto está à vista. Surgiu uma nova construção ao lado do Pavilhão dos Trabalhadores da Quimigal. Construída expressamente para o Congresso. Mas que ficará. O ferro, o cimento, os tijolos, em argamassa com o trabalho de muitos camaradas, ergueram uma instalação onde vão funcionar serviços de apoio. Quem percebia do ofício ali trabalhou. E mesmo quem não percebia não deixou de dar uma ajuda, por muito custosa que fosse, como, por exemplo, erguer uma chapa para o telhado da nova casa. Era preciso calar? Logo se arranjaram voluntários. Foi preciso fazer terraplanagens? Houve quem se encarregasse do trabalho. No fim foi preciso colocar o telhado, proceder aos acabamentos, arranjar os interiores. Trabalho não faltou. Nem mãos, nem braços nem cabeças para o decidir e o levar a cabo. De todas as idades, imantados pelo trabalho, os comunistas não pararam de dar exemplos do que pode a organização do Partido



...luminar o IX Congresso. Para tal teve de ser colocada uma instalação completamente nova no pavilhão, dada a potência exigida pelo número e qualidade das lâmpadas. E, como isto da electricidade não é para qualquer um, pois que não se tratava de mudar uma tomada ou de consertar interruptor, os camaradas especializados é que tiveram de deitar mãos à obra. Mas aqueles, menos experientes, que quiseram ajudar foram bem-vindos, como nas outras actividades. Aqui, entretanto, como para a colocação do tecto falso, teve de recorrer-se à «acrobacia». E vimos alguns camaradas «partirem» de grua, serem elevados às alturas do tecto e aí fazerem as ligações de muitos projectores e outras luzes. Dentro do Pavilhão, para iluminar os trabalhos, cá fora para iluminar vivamente o largo espaço, os restaurantes e outras instalações, o trabalho de electricidade ocupou também muitos militantes e amigos. Para que amanhã, à hora certa, se acendam as luzes

Desde há algum tempo que o acampamento se encontra pronto a receber os que aí farão a sua casa durante os quatro dias do IX Congresso. Desde a «recepção» até ao próprio terreno, aos duches e aos sanitários. Algumas tendas, até, já foram montadas. Para albergar alguns camaradas que, em permanência, dedicam o seu tempo aos preparativos

Semana

23 Quarta-feira 1361 - Reúnem-se, em Elvas, as Cortes Gerais. Os representantes do povo reclamam a liberdade.

As primeiras horas da madrugada de um engenho de fraca potência deflagra em Lisboa, na zona do Rego. Dois indivíduos acusados de terem destruído parte da estátua do ditador fascista Salazar, em Santa Comba Dão, são condenados a penas de prisão maior, que vão até dois anos e meio, multas de dez mil escudos e uma indemnização ao Estado no valor de 400 contos. O Conselho de Ministros aprova o "projecto Renault", que visa a instalação de uma indústria automóvel em Portugal. Um comunicado da CGTP/IN denuncia a sabotagem do Governo Mota Pinto à institucionalização e entrada em funcionamento dos Juizes Sociais, pelos Ministérios do Trabalho e da Justiça. Trabalhadores da Sorefame paralisam durante duas horas em cada turno. Os operários exigem a reintegração dos trabalhadores despedidos e suspensos arbitrariamente pela administração. Na Assembleia da República começam a ser discutidos quatro projectos de lei sobre Comissões de Trabalhadores.

24 Quinta-feira 1898 - Nasce, em S. Pedro de Oseola (Oliveira de Azeméis), o romancista Ferreira de Castro.

Nas eleições para a direcção da Associação de Estudantes da Faculdade de Medicina de Lisboa ganha a lista unitária, com 713 votos. A lista classificada em segundo lugar, conotada com a juventude social-democrata, obteve 652 votos. Mário Soares admite que o grupo parlamentar do seu partido possa vir a modificar a posição quanto à Lei da Amnistia. Convoca pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, general Pedro Cardoso, realiza-se uma reunião de altos comandos do Exército para análise das consequências, a nível disciplinar e estatutário, da Lei da Amnistia aprovada pela Assembleia da República e em relação à qual o Conselho da Revolução se pronunciou pela "não inconstitucionalidade". Representando o Governo português, o ministro Bessaia Barreto assina o "projecto Renault". São revelados os resultados das eleições para a Associação de Estudantes do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa, saindo vencedora, com 537 votos, a lista unitária. Uma lista afecta ao PPD, segunda classificada, soma apenas 385 votos. Praticamente a totalidade dos trabalhadores ferroviários adere à greve de 4 horas como forma de luta pela revisão do respectivo ACT. Três mil pessoas manifestam-se em Portel contra a entrega de uma reserva a agrários absentistas. Em Valongo, milhares de trabalhadores das empresas têxteis Uniteca e Cifa manifestam-se exigindo o direito ao trabalho, o fim dos despedimentos e da repressão e o pagamento das dívidas em atraso. A CGTP/IN pronuncia-se a respeito da Lei Sindical apresentada pelo PS na AR, considerando-a inconstitucional e violadora da convenção 87 da OIT. Os trabalhadores da Corame paralisam duas horas em protesto pela exoneração da actual Comissão Administrativa por parte do Governo. A Câmara Municipal do Porto manda arrancar os cartazes afixados na cidade, alusivos à realização do IX Congresso do PCP.

25 Sexta-feira 1773 - É abolida em Portugal a distinção de cristãos novos e cristãos velhos.

O capitão Sousa e Castro, membro e porta-voz do Conselho da Revolução, manifesta, a um vespertino lisboeta, a propósito da reunião convocada pelo Chefe do Estado-Maior do Exército a opinião de que "as atitudes que vêm sendo tomadas, sem qualquer legitimidade, são pressões exercidas sobre um órgão de soberania". Caso o conselho de gerência da CP continue a recusar satisfazer as reivindicações dos trabalhadores ferroviários estes convocarão uma greve de 24 horas para o próximo mês, como foi aprovado no plenário de Sindicatos que integram a Federação do sector.

26 Sábado 1834 - É assinado o acordo que põe termo ao diferendo entre absolutistas e liberais.

Cerca de 1500 trabalhadores agrícolas manifestam-se em Mourão, exigindo a anulação do despacho do secretário de Estado da Estruturação Agrária que oferece a herdade da Galeana ao agrário. Trabalhadores cabo-verdianos dos concelhos de Oeiras e Sintra reúnem na Amadora decidem lutar por uma habitação condigna, a sindicalização e a alfabetização, no âmbito dos acordos estabelecidos entre Portugal e Cabo Verde. Uma lista unitária vence as eleições para os novos corpos gerentes do Sindicato dos Gráficos do Sul e Ilhas. Uma lista unitária é eleita igualmente para a direcção do Sindicato dos Trabalhadores de Comércio e Escritório do distrito de Castelo Branco. Muitas centenas de reformados manifestam-se nas ruas do Porto exigindo a satisfação do seu caderno reivindicativo, "que consagra as condições mínimas necessárias a uma velhice condigna". Uma lista unitária, integrando estudantes da UEC, UEDS e independentes ganha as eleições para a Associação de Estudantes da Faculdade de Direito de Lisboa. O bispo auxiliar de Lisboa, D. António Marcelino, declara na televisão que "os bispos portugueses estão totalmente contra o regime democrático". Incitando "o povo português a participar na construção da democracia (...) e a empenhar-se ainda mais nesta tarefa", aquele prelado defendeu ainda a adesão dos trabalhadores cristãos à militância sindical. Bolsando todo o seu feroz anticomunismo, o deputado do CDS, Lucas Pires, num comício na Foz do Douro em que participam igualmente Freitas do Amaral e Amaro da Costa, aponta a necessidade da "reconquista que é preciso fazer aos mouros (alusão aos comunistas) no Alentejo".

27 Domingo 1963 - Morre o escritor Aquilino Ribeiro.

A Comissão Nacional do PS decide dar "orientações concretas" aos órgãos dirigentes do partido para a política convencional na perspectiva da discussão e votação do OGE e da queda do Governo Mota Pinto. A Comissão Nacional daquela partido manifesta ainda "a sua apreensão e certamente e do país pela intromissão de alguns sectores militares na normal actividade dos órgãos de soberania". A APU ganha três mandatos nas eleições realizadas para a Junta de Freguesia de Cabreiros. Em Serpa, realiza-se o Encontro de Mulheres do concelho que reúne mais de mil participantes. Na Fundação Gulbenkian termina o II Congresso Nacional das Cooperativas de Consumo. Dirigentes das Ligas Agrícolas do Norte reúnem no Porto nas instalações do Circuito Católico dos Operários denunciando a especulação desenfreada dos intermediários e reclamando novos preços para os produtos agrícolas na campanha em curso.

28 Segunda-feira 1375 - No reinado de D. Fernando é promulgada a Lei das Sesmarias que, sob pena de confisco, obriga os proprietários das terras aráveis a cultivá-las.

O povo de Mora e dos concelhos vizinhos manifesta-se nas ruas desta vila contra a política agrária do Governo Mota Pinto. A CML aprova uma proposta que consagra a realização de obras de saneamento na cidade de Lisboa no valor de um milhão de contos. Estranhamente, o responsável pelo pelouro, o vereador Silva Graça, da APU, fora afastado do estudo do projecto. Segundo a imprensa o primeiro-ministro Mota Pinto teria vetado a nomeação de alguns gestores para a banca nacionalizada propostos por Jacinto Nunes. O Conselho da Revolução comunica à Assembleia da República a sua decisão de não considerar inconstitucional o decreto sobre a amnistia. Directamente relacionado com a lei da amnistia reúnem-se os altos comandos da Marinha. O dirigente do PPD, Ângelo Correia admite existirem "grandes hipóteses" de acordo com o CDS.

Os Comunistas na Assembleia da República

Aprovada lei das CTs ferida de inconstitucionalidade

Nas vésperas de debater e votar outra vez, as propostas de lei do Plano e do OGE, a Assembleia da República teve uma intensa semana de trabalho parlamentar, com sessões plenárias a ocupar as manhãs e as tardes - e algumas vezes entrando mesmo pela noite dentro - debatendo e votando diplomas como a lei das Comissões de Trabalhadores, alterações à lei do inquilinato e à lei das desintervenções, e legislação sobre organização judicial administrativa.

A discussão e votação relativa às Comissões de Trabalhadores incidiu sobre quatro projectos de lei, da iniciativa, respectivamente, de Aires Rodrigues e Carmelinda Pereira, Lopes Cardoso e outros deputados independentes, do PCP e do PS.

Os três primeiros foram derrotados pelos votos conjuntos do PS/PPD/CDS e independentes sociais-democratas, tendo o projecto socialista sido aprovado pela mesma maioria, que não recuou nem perante o facto evidente de haver disposições que caem rotundamente no domínio da inconstitucionalidade.

Isso mesmo foi várias vezes denunciado por deputados comunistas no decorrer do debate, recordando o processo aberto há cerca de dois anos com o Decreto 93/1 - também da autoria do PS - e que do Conselho da Revolução viria a declarar inconstitucional.

O projecto agora aprovado é «irmão gémeo» desse decre-

to que o PS, a determinada altura, fez voltar a plenária da Assembleia da República, onde a declaração de inconstitucionalidade veio a ser confirmada, pela não obtenção dos dois terços dos votos necessários à aprovação definitiva do diploma.

Não sendo sensíveis aos argumentos invocados pelos deputados comunistas e rejeitando o projecto que, no decorrer da consulta pública, obteve a esmagadora maioria das opiniões favoráveis - tal foi o caso do projecto apresentado pelo PCP - os deputados do PS reabriram, na legislação de trabalho, um novo e perigoso impasse, dado que o projecto aprovado é tão inconstitucional como o anterior, pelo que deverá ter a mesma sorte.

A questão da venda compulsiva de andares e a denúncia do escândalo do mercado negro no problema habitacional foram as questões centrais que dominaram o debate das propostas de alteração - sugeridas por Lopes Cardoso, umas, e pelo PS, outras - ao regime jurídico do direito de denúncia do arrendamento. Foi aprovado o projecto apresentado pelo PS o qual, se bem que não constituía de modo nenhum a resposta necessária à escandalosa situação que se vive no domínio da habitação, representa pelo menos o mínimo que a Assembleia podia fazer para garantir um mínimo de estabilidade a inúmeras famílias que correm o risco de ficar sem um tecto para morar.

É hoje votado um OGE que a AR já rejeitou

O Plano e o OGE que o governo Mota Pinto enviou à Assembleia da República vão ser hoje votados na generalidade, depois de um debate que se iniciou ontem de manhã. Trata-se de dois documentos que, no essencial, repetem as mesmas fórmulas e "mezinhas" que, há cerca de dois meses, fizeram com que a Assembleia da República rejeitasse a primeira versão do Plano e do OGE para 1979.

Daí que seja caso para a interrogação: para quê tanto tempo, se alguns dias chegaram para que o governo Mota Pinto processasse as "alterações" a que procedeu? Uma resposta surge desde logo - o apego que este governo moribundo tem ao poder, prolongando artificialmente o seu tempo de existência, utilizando a arma da chantagem da inviabilidade do OGE.

Uma coisa é certa: é o próprio governo Mota Pinto que inviabiliza o OGE, pela forma como o elaborou, pelas "soluções" que preconiza, em suma, pelo verdadeiro atentado aos interesses do povo português que através das suas propostas perpetra.

Nas questões mais sensíveis - finanças locais, imposto extraordinário e outras tributações, e política de educação - o cenário é idêntico.

Assim, no que toca à questão das finanças locais, a aplicação da respectiva lei é subvertida: os quantitativos resultantes de cobranças atrasadas são subtraídos aos impostos, o que contribui para a diminuição das receitas das autarquias, além disso, os impostos que seguem directamente para os municípios não são indicados no OGE.

Ainda quanto a esta questão, o anterior Orçamento totalizava despesas no valor de 24,9 milhões de contos, enquanto o "actual" regista um acréscimo de 6,2 milhões. No entanto, este montante reduz-se a 0,6 milhões quando deduzidos 5,6 milhões de transferências das autarquias para outros sectores.

No que toca ao imposto extraordinário, ele mantém-se apesar do repudiado pela generalidade do povo português. Quanto à contribuição para a Previdência, enquanto o aumento de 1 por cento é anulado, mantém-se a proposta de descontar 0,5 por cento aos trabalhadores da função pública para a ADSE. No caso do imposto profissional, a elevação do montante mínimo de isenção para 92 contos mantém-se, muito embora isto não represente um benefício absoluto relativamente a 1974, quando esse montante era de 50 contos (quantia que actualizada à taxa de inflação corresponde hoje a 140 contos).

Quanto à educação, e no caso das despesas funcionais, elas baixam em algumas centenas de contos, o que acontece igualmente com as despesas orgânicas. A participação das despesas com a educação e a cultura, do ponto de vista orgânico passa a corresponder a 11,8 por cento do actual OGE, contra 12,4 do anterior. Registe-se que em 1976 essas despesas se situavam em 19,4 por cento do total das despesas do OGE.

No que se refere ao tecto salarial a proposta do governo sobre agora de 18 para 20 por cento. Este aumento, que implica o reconhecimento por parte da equipa Mota Pinto do erro em que persistentemente insistiu, não modifica no entanto a situação, pois continua a impor-se que os aumentos dos salários não tenham em conta o real aumento do custo de vida.

Este erro não deverá de forma alguma ser admitido, até porque a experiência já demonstrou amplamente que as reivindicações dos trabalhadores ficaram sempre aquém das suas necessidades.

Enfim, a AR vota hoje um OGE que já rejeitou em Março, há 2 meses. Dois meses que não serviram ao governo Mota Pinto para deitar contas à vida, persistindo no desejo de estragar as contas e a vida dos portugueses...

Finalmente, três projectos de lei do PCP relativos a organização judicial administrativa (orgânica dos



Intervenções

Mais uma lei inconstitucional contra as comissões de trabalhadores

(...) Entendemos que a legislação sobre comissões de trabalhadores deve corresponder ao relevante papel que têm vindo a desempenhar na defesa e consolidação da democracia e das transformações democráticas, de natureza económica e social, realizadas depois do 25 de Abril.

Entendemos que a lei não pode deixar de respeitar o espírito e a letra da Constituição da República, particularmente quando esta acolhe a riquíssima experiência dos trabalhadores nas múltiplas formas de intervenção democrática das suas organizações em todos os planos da vida nacional.

Defendemos a autonomia e independência do

movimento operário e do movimento dos trabalhadores e por isso condenamos e rejeitamos as ingerências na vida interna das suas organizações que ultrapassem princípios universalmente aceites e constitucionalmente consagrados.

Defendemos o respeito pelo princípio da auto-organização.

Entendemos que a lei deve garantir o pleno exercício dos direitos das comissões de trabalhadores e comissões coordenadoras e por isso condenamos as tentativas de transformar, descarada ou sub-reptivamente, as comissões de trabalhadores em órgãos da administração da empresa ou em órgãos da administração indirecta do Estado, designadamente conferindo ao patronato poderes para controlar disciplinarmente a sua actividade. As comissões de trabalhadores são por natureza órgãos constituintes do movimento operário e não devem ser subordinadas ao controlo de gestão.

Exigimos da lei que ela garanta às comissões de trabalhadores as condições necessárias ao exercício dos seus direitos, que ela garanta aos seus membros eficaz protecção contra a acção repressiva e discriminatória. Por isso, condenamos e rejeitamos as tentativas de transformar, descarada ou sub-reptivamente, as comissões de trabalhadores em órgãos da administração da empresa ou em órgãos da administração indirecta do Estado, designadamente conferindo ao patronato poderes para controlar disciplinarmente a sua actividade. As comissões de trabalhadores são por natureza órgãos constituintes do movimento operário e não devem ser subordinadas ao controlo de gestão.

Por tudo isso, votamos contra esse projecto.

Apesar de reconhecermos o Decreto 93/1, o PS recebeu naturalmente o apoio e mesmo o aplauso - como aqui ouvimos - dos partidos da direita, representantes dos interesses do grande patronato e empenhados na liquidação do movimento operário.

Mas assumiu uma grande responsabilidade perante os trabalhadores portugueses.

A vida já demonstrou amplamente a profunda inadaptação do conjunto de diplomas aqui produzidos em 1977 - e que

designámos de contra-revolução legislativa.

O Projecto de Lei 176/1 do PCP obteve significativo e maioritário apoio das centenas de organizações de trabalhadores que se pronunciaram durante a consulta pública e contém soluções que garantem a autonomia e independência das comissões de trabalhadores, consagram o respeito pelo princípio da auto-organização, asseguram o exercício da sua actividade e dos seus direitos e protegem eficazmente os seus membros contra a repressão e discriminação.

Rejeitando-o, o PS afrontou a posição e a opinião da esmagadora maioria dos trabalhadores que participa-

ram na consulta pública e ignorou a ofensiva generalizada e concertada que o patronato, a cobertura da acção do Governo Mota Pinto, desenvolveu contra as organizações representativas dos trabalhadores e que aponta para a necessidade e urgência não de um "mal menor" mas de uma lei de conteúdo e carácter democrático, uma lei justa e progressiva, que defenda e proteja activamente as comissões de trabalhadores e as comissões coordenadoras.

(...) Nós, comunistas, não nos poupamos a esforço para que tal aconteça. O debate sobre as comissões de trabalhadores, a propositura na Comissão de Trabalho, contará com a vossa participação activa e tudo faremos para que o texto do PS seja profundamente alterado.

Estamos certos que a nossa acção terá o apoio das organizações de trabalhadores e que exprime correctamente os seus anseios e pontos de vista.

Mas a dar-se o caso de alguns terem o texto do projecto 143/1 por "fechado" a todas as alterações e de o seu texto actual vir a ser aprovado pelo desnaturo acasalamento do PS com os partidos da direita, estamos também certos de que os trabalhadores não esmorecerão a sua luta e que o movimento operário e dos trabalhadores, forte e coeso



A questão da "venda compulsiva de andares"

(...) No campo da habitação, este Governo está a deixar uma obra digna em matéria de solução deste problema... Está tudo na mesma, agravado com a séria ameaça sobre os inquilinos, já em forma de resolução do Conselho de Ministros, de descongelamento das rendas de casa, a juntar ao agravamento do custo de vida, à diminuição dos salários reais, ao congelamento desse sim e pensões de reforma e invalidez, etc. etc.

Sabendo-se de há muito que as carências de fogos excedem no nosso país os 600 mil e que o parque habitacional se encontra largamente envelhecido e degradado, seria conveniente que se fosse dada prioridade aos imperativos constitucionais em matéria de habitação. No entanto, a política que vem sendo adoptada, em particular pelo governo Mota Pinto, vai no sentido do agravamento das dificuldades e carências dos moradores.

Basta constatar as condições de alojamento (que nem nome de habitação merecem) de bairros degradados como o Casal Ventoso, ou de famílias que vivem em condições de infra-estrutura, com a água canalizada, os esgotos ou a electricidade.

Que tem feito neste quadro o país real? Basta constatar as condições de alojamento (que nem nome de habitação merecem) de bairros degradados como o Casal Ventoso, ou de famílias que vivem em condições de infra-estrutura, com a água canalizada, os esgotos ou a electricidade.

Que tem feito neste quadro o país real? Basta constatar as condições de alojamento (que nem nome de habitação merecem) de bairros degradados como o Casal Ventoso, ou de famílias que vivem em condições de infra-estrutura, com a água canalizada, os esgotos ou a electricidade.

pelos inquilinos em tantas famílias, algumas vivendo há dez anos em essas casas, pois não têm possibilidades de pagar as exorbitantes taxas de juro para aquisição de casa própria ou pagar rendas de três quartos por assolaçada.

(...) Claro que pôr o inquilino na rua, face à legislação em vigor, insisto, a má legislação em vigor, não é assim tão simples. Mas muitos senhorios desencanaram a partir daí toda uma série de manobras, inventando compradores que não existem, inventando que esse comprador não tem casa no respectivo concelho, inventando emigrantes que, aliás, a lei em vigor não favorece, inventando se lá o quê (...)

A completar o quadro abriu-se a fornecer um novo ramo para intermediações (que às vezes até se chamam "cláusulas" e que envolvem diligência, trabalho e custos por assolaçada.

(...) Claro que pôr o inquilino na rua, face à legislação em vigor, insisto, a má legislação em vigor, não é assim tão simples. Mas muitos senhorios desencanaram a partir daí toda uma série de manobras, inventando compradores que não existem, inventando que esse comprador não tem casa no respectivo concelho, inventando emigrantes que, aliás, a lei em vigor não favorece, inventando se lá o quê (...)

fundos, mas diminuem dificuldades e por isso são em nosso entender o mínimo que se pode fazer para dar alguma estabilidade a milhares de famílias portuguesas ameaçadas de ficarem sem tecto (Zita Seabra, em 22/5/79).

delimitação das condições em que o direito de denúncia - quando admitido - pode exercer-se.

Ambos os projectos está subacente, em grau diverso, o objectivo positivo de proteger os inquilinos que presumivelmente têm mais frágeis recursos. Por outro lado, em ambos se prevê que o direito de denúncia não possa ser exercido pelo senhorio de famílias portuguesas com recursos próprios de propriedade horizontal quando este regime for posterior ao arrendamento.

Os projectos de lei que temos em discussão não resolverão o problema de

Uma lei que só tem o apoio do patronato e da direita

(...) Começando pela apreciação do projecto dos deputados Aires Rodrigues e Carmelinda Pereira, o que se pode dizer é pouco, ou melhor, nada, devido aos magros e simplórios princípios que contém e que mereceram por parte das organizações representativas dos trabalhadores um silêncio absoluto, o que significa pelo menos indiferença perante mais uma manifestação de basismo delirante a que os 2 senhores deputados deram o nome de projecto de lei.

Quanto ao projecto 152/1, de Lopes Cardoso e mais alguns deputados independentes, é de salientar em primeiro lugar o respeito pelo direito à auto-organização dos trabalhadores, apontando normas geralmente aceites ou de imposição constitucional.

Só que, enquanto, por exemplo, no nosso projecto são enumerados e regulados os direitos das CTs, o 152/1 apenas procede à sua enumeração.

(...) Começando pela análise do projecto 143/1 do PS, desde logo uma nota resalta. Salvo duas ou três alterações na sequência da decla-

democrático de eleição, era o método de Hondt. Em 1979, para o PS, o bom, o único método democrático é o método proporcional.

Se é verdade que o consideramos como método democrático, como consideramos, aliás, o método de Hondt ou o método maioritário, nominal, por sectores, não se pode aceitar que os deputados que aprovaram tal norma consideram que de democracia são eles, que percebem, dando a imagem paralenalista de cérebros iluminados a ensinar aos trabalhadores de inteligência curta como há-de constituir, organizar e eleger as suas estruturas representativas.

Outro aspecto que

ração de inconstitucionalidade pelo Conselho da Revolução, após parecer da Comissão Constitucional, o projecto 143/1 é um irmão gémeo do defuncto decreto 93/1, mantendo na íntegra todas as características infractoras do direito à auto-organização, limitando, esvaziando e até reprimindo os direitos das CTs, particularmente no que se refere ao controlo de gestão.

(...) Uma das originalidades do decreto 93/1, agora projecto 143/1, foi substituir a imposição do método maioritário pelo método proporcional, como método de eleição para as CTs. Quer dizer, em 1977, para o PS, o bom, o único método

este projecto de lei não foi obra exclusiva dos deputados comunistas, mas antes e fundamentalmente, os resultados dos ensinamentos e da prática participativa e criadora dos trabalhadores portugueses (Jerónimo de Sousa em 23/5/79).

sienciamos a autêntica dimensão empenhada e participativa que é dada às CTs pelo nº 1 do artigo 55.º da Constituição, a perspectiva de eliminação da faculdade de denúncia prevista no alínea a) do nº 1 do art.º 109.º do Código Civil, no contexto geral de uma reformulação dos limites dos poderes dos senhorios.

(...) As medidas propostas nos dois projectos de lei reconduzem-se a uma redução da incidência da denúncia e a uma mais rigorosa

sienciamos a autêntica dimensão empenhada e participativa que é dada às CTs pelo nº 1 do artigo 55.º da Constituição, a perspectiva de eliminação da faculdade de denúncia prevista no alínea a) do nº 1 do art.º 109.º do Código Civil, no contexto geral de uma reformulação dos limites dos poderes dos senhorios.

(...) As medidas propostas nos dois projectos de lei reconduzem-se a uma redução da incidência da denúncia e a uma mais rigorosa

Gado bravo «preocupa» o MAP

(...) Neste caso concreto das ganadarias de gado bravo, há o caso da Herdade da Galeana, onde o MAP não escondo os seus propósitos reaccionários e vergonhosos de tudo fazer para dar cabo da Reforma Agrária e das conquistas de Abril, fazendo aplicar a sua política odienta e criminosa contra os trabalhadores.

Se a justificação da portaria é a defesa das ganadarias bravas, nos perguntamos: não são os que hoje tratam as ganadarias os que sempre as trataram, mesmo no regime anterior? Então se sabiam tratar delas, não saberão tratar delas hoje? E como as têm tratado nos últimos três anos? E temos tanto mais razão, quanto fazemos tal afirmação, porque sabemos que após um mês de entrega ilegal da Galeana ao agrário Joaquim Grave, numa corrida havida em

Almeirim, tecerem elogios ao gado corrido,gado esse nascido e criado na UCP da Galeana e a ela usurpado pelo despacho do monárquico Ferreira do Amaral.

(...) O MAP tem dois pesos e duas medidas: para os agrários que possuem ganadarias toda a terra é pouca; para as UCPs há próprias ganadarias, que criminosa-mente faz entregas de reservas.

Mas o MAP resolveu inventar esse falso pretexto: começou por proibição dos trabalhadores das UCPs de contactar o seu gado bravo. E agora veio com esta portaria que, de maneira nenhuma, vem proteger as ganadarias de gado bravo.

Se o MAP pretendesse efectivamente encerrar esses problemas teria que reconhecer que os proprietários das ganadarias bravas, mesmo aquelas bravas, mesmo aquelas das acções da Re-

Sorefame: em causa os direitos dos trabalhadores

(...) O que continua a passar-se no Sorefame, empresa com participação maioritária do Estado, é a tentativa de retirar regalias anteriormente conquistadas pelos trabalhadores (com a passagem de um horário de 42 para 45 horas semanais, a redução do subsídio do turno, a retirada de suplementos dos subsídios de previdência) são ilegalmente instaurados pela administração da empresa através de processos disciplinares sucessivos.

Uma marca bem clara da ilegalidade de que enfeimam é comum a todos

Tendo como causas próximas a negociação de um caderno reivindicativo e a tentativa de retirar regalias anteriormente conquistadas pelos trabalhadores (com a passagem de um horário de 42 para 45 horas semanais, a redução do subsídio do turno, a retirada de suplementos dos subsídios de previdência) são ilegalmente instaurados pela administração da empresa através de processos disciplinares sucessivos.

Uma marca bem clara da ilegalidade de que enfeimam é comum a todos

quanto finge ignorar que tudo isto se passa numa empresa em que a maioria do capital é do Estado.

Pode a administração do Sorefame, na sua magnânima e balaia superficialidade, inventar mais alguns processos ou tentar provocar mais alguns conflitos.

A Justiça exige que tal Governo e tal administração sejam julgados por esta Assembleia como o foram já pelos trabalhadores. A Justiça exige que os três trabalhadores ilegalmente despedidos da

Sorefame voltem a ocupar os seus locais de trabalho, voltem a produzir riqueza (Sousa Marques, em 24/5/79).

quanto finge ignorar que tudo isto se passa numa empresa em que a maioria do capital é do Estado.

Pode a administração do Sorefame, na sua magnânima e balaia superficialidade, inventar mais alguns processos ou tentar provocar mais alguns conflitos.

A Justiça exige que tal Governo e tal administração sejam julgados por esta Assembleia como o foram já pelos trabalhadores. A Justiça exige que os três trabalhadores ilegalmente despedidos da



Que os socialistas celebrem acordos não com as forças de direita mas com os que defendem Abril

Palavras de Octávio Pato no comício da 3ª Festa Popular de Alverca

Ganhou já raízes a festa popular anual organizada em Alverca pela Comissão Local do PCP. Realizada pela terceira vez consecutiva, no fim-de-semana passado, registou uma afluência que os camaradas responsáveis pela organização consideraram muito superior à dos anos anteriores... e isto embora pela primeira vez as entradas fossem pagas.

Numa conversa informal com os camaradas da Comissão de Freguesia de Alverca do PCP, momentos antes do comício que no sábado se realizou com o camarada Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, foram reveladas as inovações levadas a cabo, o trabalho despendido, todo o esforço dos comunistas para que de ano para ano se possa melhorar.

A questão do Bilhete da Festa, que, para além de permitir o ingresso durante os três dias, habitava a um sorteio das Obras Escolhidas de Lenine (antes da Festa começar já tinhamos 800 entradas vendidas — disseram-nos) prendia-se com o aumento das despesas da implementação e não constituía factor de desmotivação.

Além, o programa da Festa compensava bem a entrada paga. Na sexta-feira à noite, um conjunto musical animou o baile que se estendeu quase até às quatro horas da madrugada. E nem a chuva que por vezes caiu foi impeditivo dos jovens pares acompanharem a música. Muito mais de mil pessoas ali estiveram.

No sábado à tarde, após o comício, actuaram José Carlos Ary dos Santos e Samuel. Entretanto, o espectáculo que se realizou à noite contou com a presença de Carlos Moniz, Maria do Amparo, Brigada Victor Jara, Rancho dos Avieiros de Vila Franca de Xira, grupo coral "Unidos do Baixo Alentejo", Jorge Matias, Inocêncio Casquinha, António Júlio e Renato Jorge.

No domingo, provas desportivas ocuparam toda a manhã. A tarde foi dedicada às crianças. Houve palhaços, teatro e canções pela Secção Cultural da Casa do Povo de Vialonga e dos Pioneiros de Alverca. Actuaram ainda Carlos Mendes e Edmundo Silva.

À noite, encerrando a Festa, foi

forças reacçãoárias. Muito antes da hora prevista, já o recinto do Jardim do Bairro se encontrava cheio.

Já se fala da Festa do "Avante!"

O primeiro orador, o camarada Antero Fonseca, operário da Argibay e membro da Comissão de Freguesia, referiu alguns aspectos da organização da Festa, explicando, nomeadamente, a razão por que este ano tinha sido necessário recorrer a entradas pagas.

Revelou ainda que a primeira jornada de trabalho voluntário para a Festa do "Avante!" se realiza já nos dias 8 e 9 de Junho, ou seja, no primeiro fim-de-semana a seguir ao Congresso.

Por seu turno, o camarada Fernando Jorge, presidente da Junta de Freguesia de Alverca, abordou problemas relacionados com as autarquias em geral, denunciando os interesses que se movem para impedir um poder autárquico forte e independente.

Desenvolvendo este aspecto referiu-se, em particular, à Lei das

Finanças Locais, cuja observância exige.

Destacando as dificuldades que se vivem a nível dos órgãos do poder local, aludiu ao facto de as verbas gastas com o pessoal camarário em 1977 terem aumentado cerca de 30 por cento enquanto que as verbas governamentais foram inferiores em 20 por cento. Por último, destacou o que se passa com as indemnizações por causa das cheias, as quais não são entregues às autarquias, estando estas impossibilitadas de fazer as reparações indispensáveis, que já tardam.

Voto do PCP contra o OGE

O discurso do camarada Octávio Pato, aguardado com interesse por todos os presentes, abordou muitas das questões que ultimamente têm ocupado as primeiras páginas dos jornais e são temas das conversas.

A substituição deste Governo é um imperativo nacional — sublinhou a dado passo do seu discurso, mencionando depois, detalhadamente, toda a acção do Governo Mota Pinto virada

fundamentalmente contra os interesses das massas trabalhadoras e da população em geral.

Mais adiante, referindo-se ainda ao Governo Mota Pinto, acrescentou: A sua arrogância, a sua incompetência, o seu arrojo, vão ao ponto de voltar a apresentar na Assembleia da República para aprovação um projecto de Orçamento Geral do Estado em tudo idêntico ao que antes foi rejeitado e que deveria só por isso ter levado ao seu pedido de demissão.

Mas, não só não pediu a demissão como, sentindo as costas quentes pelos francos apoios da direita e pela atitude titubeante do PS, leva o seu despropósito ao ponto de apresentar no fundamental o mesmo projecto de OGE (...)

Basta dizer, camaradas e amigos, que pelas nossas estimativas, neste projecto de OGE, a proporção quanto ao pagamento dos impostos directos é de 80 por cento para o trabalho e apenas de 20 por cento para o capital.

Apesar de tudo isto, o PS pensa que é melhor ter o péssimo Orçamento do que não ter nenhum, o que conduz à ideia de aprovar disposições orçamentais inaceitáveis e altamente lesivas dos interesses do povo e do País.

Por outro lado, não se compreende que a maioria da Assembleia da República dê o seu aval a uma política orçamental que prolongue a vida de um governo que diz querer ver rapidamente substituído.

O nosso Partido — concluiu — não votará favoravelmente esse Orçamento.

A moção de censura

A questão da moção de censura ao Governo anunciada pelo PCP foi outro dos pontos abordados pelo camarada Octávio Pato, que afirmou, depois de referir que muito se especulou com o facto de ela ter sido adiada.

Foi curioso constatar, camaradas, como o simples

facto de publicamente se ter anunciado a data de apresentação da moção levou à clarificação das posições dos vários partidos. Nomeadamente, o Partido Socialista mostrou-se inamovível da sua posição de não votar qualquer moção de censura antes da votação do OGE.

Uma vez que nem o PS nem os outros partidos votariam a moção a apresentar pelo nosso Partido, da sua apresentação, ao invés do derrube resultaria o reforço do Governo, para além do PCP ficar impedido de apresentar uma nova moção de censura até 15 de Outubro.

O nosso Partido resolveu assim adiar a apresentação da moção para logo que estejam concluídas as votações do Orçamento na Assembleia da República, já que o PS declarou que, preenchida essa condição, votaria favoravelmente qualquer moção de censura ao Governo.

Esperamos, pois, que ultrapassado o problema da votação do OGE, o PS assumira as responsabilidades de partido democrático e ajude em conjunto com os votos comunistas a derrubar um governo ilegítimo, como é vontade das massas populares e do seu próprio eleitorado.

A Lei da Anistia

O projecto de Lei Sindical apresentado pelo PS foi outro dos assuntos abordados. A ser aprovado — explicou — levaria a contra-sensos tais como a possibilidade de 20 trabalhadores promoverem a constituição de um sindicato!!! Mais, esse sindicato ficaria depois, na prática, nas mãos dos seus promotores já que o mesmo projecto de lei elimina a participação directa dos trabalhadores na vida dos seus sindicatos, uma vez que elimina as assembleias gerais.

Seguidamente, o camarada Octávio Pato salientou o facto de que as afirmações, intrigas



e especulações de certos dirigentes políticos e de certa imprensa em torno do veto do Presidente da República à Lei da Anistia, mostram que as forças reacçãoárias tentam utilizar tal questão com o objectivo de criar situações de desestabilização e conflitos entre órgãos de soberania.

Críticas ao PS

Nas críticas proferidas em relação ao PS e alguns dos seus dirigentes em particular, o camarada Octávio Pato, depois de salientar que a direcção daquele parece ainda não ter tirado os ensinamentos necessários do de sair que o sofreu com o casamento contra-natura com o CDS, frisou:

Não estamos interessados em que o PS venha a pagar por elevado preço o resultado das suas contradições. No que estamos interessados, nós os comunistas e certamente todos os sinceros democratas, é que os socialistas estabeleçam acordos e alianças não com a direita, mas com os que defendem os ideais de Abril e as suas grandes conquistas.

As nossas justas críticas à errada política do PS não impedem possíveis acordos sempre que se orientem na defesa dos interesses dos trabalhadores e da democracia. O nosso apoio ao projecto de lei sobre o Serviço Nacional de Saúde é a demonstração do que afirmamos.

Socialistas, comunistas e outras forças democráticas podem e devem chegar a acordos, mesmo parciais, que assegurem uma alternativa democrática e de governo, uma alternativa democrática ao actual e fascizante Governo Mota Pinto.

Noutra parte do seu discurso, o camarada Octávio Pato diria ainda:

No interesse do povo português e para a salvaguarda da democracia, torna-se indispensável que o PS defina claramente de que lado se encontra e qual a política que defende, esteja ou não representado no Governo que urge criar em substituição do actual. Já é tempo de o PS procurar acabar com o fosso das contradições que usualmente existem entre o que diz e aquilo que faz.



A Festa da Alegria, em Braga está para breve, novamente!

«Como vai ser este ano a Festa da Alegria? Esta a pergunta feita por quem, ao ver nas paredes o cartaz, ou a saber da realização, nos dias 15, 16 e 17 de Junho, da segunda edição daquela jornada, se interroga se vale a pena deslocar-se à capital do Minho. Pensamos que sim. Os camaradas da comissão organizadora estão a enviar esforços para tornar ainda melhor a Festa que, no ano transacto, mobilizou mais de 30 mil pessoas para o Parque Municipal de Exposições de Braga.

Desde a participação de numerosos artistas à presença de todas as organizações regionais do continente, passando por um vasto programa cultural, desportivo e de esclarecimento popular, tudo se conjuga para que a Festa da Alegria tenha um conteúdo ainda mais de acordo com as características e os anseios do povo da região. Estão também previstas iniciativas que possibilitarão uma participação mais activa dos bracarense e, de certo modo,

anteciparão em uma semana, o início das suas célebres festas joaninas.

Vamos dar, para já, algumas novidades: pelos dois palcos desfilarão, entre outros, Paulo de Carvalho, Fernando Tordo, Carlos Mendes, José Viana, Dora Leal, Carlos Moniz, Maria do Amparo, Samuel, Grupo «Trovão», José Jorge Letria e Nuno Gomes dos Santos, dançarão os Ranchos Folclóricos de Golães, Viatodos, Avedas.

Está assegurada a presença dos Pauliteiros de S. Martinho de Miranda e de vários grupos de Zés Pereiras e da Banda Musical da Trofa.

Num distrito onde o PCP continua a aumentar os seus efectivos e numa jornada que disso é claro testemunho, vão ser expostos não só aspectos muito significativos da luta e das tarefas que mobilizam, de Norte a Sul, os

comunistas na defesa das liberdades, das nacionalizações, da Reforma Agrária e da Constituição, como também artigos produzidos dos campos do Alentejo e artesanato de todo o país.

Na noite de sexta-feira, dia 15, começa a Festa com os espectáculos, onde estarão presentes muitos mais artistas do que os que acima referimos. No sábado à tarde, além do desfile dos cantores e grupos, haverá um debate acerca do Ano Internacional da Criança, enquanto à noite, num coreto montado para o efeito, dará um concerto a Banda Musical da Trofa.

Logo na manhã de domingo, arrancam de Guimarães os concorrentes à Estafeta da Alegria, enquanto em Braga, no parque, se inicia a festa dedicada às crianças, com a presença de ranchos, do Carlos Moniz e da Maria do Amparo. De tarde, os ranchos e os Zés Pereiras concentram-se no aviação central de onde partirão, com quantos

os queiram acompanhar para a Festa, até ao parque, onde começará depois um grandioso comício. Tal como no ano transacto, a Festa terminará quando já for segunda-feira.

O Desporto estará presente nesta importante jornada, não só através da prova de atletismo que unirá as duas maiores cidades do Minho. Além de um torneio de xadrez, já assegurado, estão a ser feitas diligências para a realização de um desafio internacional de futebol, no Estádio «1.º de Maio», na tarde de quinta-feira, dia 14, feriado nacional.

Com muita procura, já começou a venda dos ingressos na Festa (IF's), que custam com escudos e permitem a entrada nos três dias. Os bilhetes para uma só entrada custam 50 escudos. Os locais onde ainda não tenham chegado os bilhetes e as «IF's», devem entrar em contacto com o Secretariado da Festa, Rua de Santo André, 15-4 700 Braga.

Eleições associativas no Superior: Listas de unidade recolhem mais de 3 mil votos em 4 escolas

Reflexo do crescente movimento de opinião e intervenção democrática entre os estudantes universitários, o período de eleições associativas que se vive presentemente no Ensino Superior assinala, primeiro que tudo, a vitória de listas unitárias (apoiadas e dinamizadas pelas organizações de esquerda, designadamente a UEC, e também por estudantes progressistas independentes) em quase todos os actos eleitorais já realizados.

As vitórias alcançadas constituem, desde já, um passo decisivo para o reforço da luta estudantil e para a conquista de melhores condições de apoio à massa estudantil no âmbito do trabalho associativo.

ISEL, ISCTE, Medicina e Direito — quatro escolas superiores de Lisboa que votaram na unidade e na defesa dos interesses estudantis, isolando ao mesmo tempo as pretensões divisionistas e reacçãoárias da JSD/PPD.

Mas vejamos os números. Nas eleições efectuadas no Instituto Superior de Economia de Lisboa a lista unitária («B») obteve 737 votos — mais 123 que no último acto eleitoral (Janeiro) — contra apenas 296 da lista da JSD/PPD («D»), segunda classificada. A «C» (MES) totalizou 221 votos, a «E» (JS) 178, a «A» (MRPP) 104 e a «F» (trotskistas) 98. A lista vencedora concorreu sob o lema «Um projecto de unidade: consolidar, inovar e transformar a vida da AE».

A propósito destas eleições no ISEL, a UEC difundiu um comunicado onde se salienta, nomeadamente, que «esta vitória assume um significado particular». «Em primeiro lugar», dizem os estudantes

comunistas, «confirma o reforço da corrente unitária, o reforço da vontade estudantil em participar na resolução dos seus próprios problemas. Em segundo lugar, constitui uma pesada derrota para os projectos da direita, em especial da JSD/PPD. A lista da JSD obteve menos 440 votos que a lista unitária e perdeu 100 votos em relação às últimas eleições».

No Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa (ISCTE) verificou-

-se a maior afluência às umas de todos os tempos na escola (54 por cento). A lista unitária («B») recolheu 537 votos. A «C» (JSD/PPD) obteve 385. A «A» (MRPP) 29. Registraram-se ainda 7 votos nulos e 16 em branco.

Na Faculdade de Medicina a lista unitária («A») recebeu o apoio de 713 estudantes, tendo-se classificado em segundo lugar a lista «B», da JSD/PPD/CDS etc, com 652 votos. A lista da Juventude Socialista, da UDP e de outros

quadrantes obteve apenas 88 votos. O moribundo MRPP também concorreu e teve 40 votos...

«Numa altura em que o Governo Mota Pinto continua a levar à prática uma política que, também no campo do Ensino, pretende pôr em causa os ideais de Abril, estas eleições (em Medicina) são mais uma inequívoca demonstração da vontade estudantil em defender as conquistas democráticas alcançadas nas escolas», sublinha, entretanto, uma nota

Direito: «Uma vitória histórica»

«Trata-se, sem exagero, de uma vitória histórica», sublinha uma nota da SIP da Comissão Central da UEC em relação às eleições que agora levaram à Faculdade de Direito de Lisboa (FDL) uma direcção unitária e democrática na Associação de Estudantes.

Refere o documento da UEC que «os estudantes de Direito puseram fim a dois anos de incompetência e partidarização do Movimento Associativo (MA), derrotando claramente as práticas e os projectos

divisionistas e antidemocráticos da JSD/PPD e abrindo uma nova perspectiva, democrática e unitária, para o desenvolvimento do seu movimento unitário».

«Esta importante vitória — diz a nota da CC da UEC — é o mais claro desmentido do pretensão e auto-propaganda do crescimento da JSD/PPD na Universidade. Os factos mostram, pelo contrário, que na Universidade

quem cresce e se afirma como força em ascensão é a esquerda, é a corrente unitária, são os estudantes comunistas».

Por outro lado, «esta importante vitória é também uma condenação clara e indelével da política de direita do Governo Mota Pinto e a prova que nas escolas e entre os estudantes é maioritária a vontade de prosseguir os caminhos abertos por Abril».



Faculdade de Direito de Lisboa: uma direcção democrática na Associação de Estudantes!

1ª Assembleia da UEC de Trás-os-Montes: uma jornada de organização e debate

A eleição do novo órgão directivo da organização regional de Trás-os-Montes da União dos Estudantes Comunistas (UEC) e a aprovação, por unanimidade e aclamação, de uma moção de apoio ao IX Congresso do PCP foram dois momentos de vibrante entusiasmo no decorrer da 1ª Assembleia de Trás-os-Montes da UEC, que reuniu há dias, em Miranda, largas dezenas de estudantes comunistas daquela região do país.

Presentes na mesa da Assembleia os camaradas Fernando Teixeira, membro do Comité Central e da DORN do PCP, Castro Caldas, da CC da UEC, Evaristo da Fonseca, da CC da UJC, e Mário Teixeira, da Direcção Central do Ensino Superior da UEC.

No decurso das intervenções que preencheram os trabalhos, foram vários os aspectos de grande importância ficados pelos estudantes comunistas. Um deles foi o reforço do movimento unitário e democrático nas escolas de Trás-os-Montes e o reforço orgânico da UEC. A propósito, revelou-se que das 11 Associações de Estudantes existentes na região, oito têm direcções democráticas, onde participam militantes comunistas.

A par do alargamento das posições unitárias e progressistas nos estabelecimentos de Ensino, é saliente o reforço da organização da UEC, visível nomeadamente, através da criação de novos organismos de direcção (concelhos e interconcelhos) e do desenvolvimento do trabalho político, para o que tem sido fundamental a aderência de novos militantes. Na altura foi revelado que desde Maio a UEC de Trás-os-Montes recebeu 84 novas adesões.

A Assembleia, que encerrou com a intervenção do camarada Fernando Teixeira, fez um levantamento das principais dificuldades e problemas que hoje em dia são enfrentados pelos estudantes transmontanos, em particular os que habitam em aldeias isoladas. Estes alunos chegam a levantar-se às 5 horas da manhã para terem tempo de percorrer grandes distâncias e em maus caminhos até chegarem ao local onde apanham a camioneta ou o comboio (que por sua vez também têm uma rede de horários muito insuficiente).

Entretanto, os problemas que os estudantes enfrentam nas escolas são menos graves: falta de professores e salas de aula, inexistência de equipamento técnico-pedagógico-adequado, falta de espaços de convívio e cantinas, para já não falar de outras deficiências.

Entretanto, os problemas que os estudantes enfrentam nas escolas são menos graves: falta de professores e salas de aula, inexistência de equipamento técnico-pedagógico-adequado, falta de espaços de convívio e cantinas, para já não falar de outras deficiências.

Hoje: último controlo da «Campanha dos 100\$00» vamos apoiar a uec



Realiza-se hoje o quarto e último controlo nacional da Campanha de Fundos promovida pela UEC, a «Campanha dos 100\$00». Apesar de não se ter iniciado com a preocupação de alcançar uma meta rígida, os camaradas da UEC calcularam no início que seria possível chegar aos 750 contos, número que, a 15 dias do encerramento da Campanha estava já quase alcançado.

Entretanto, na sua última reunião, a Comissão Central da UEC propôs aos militantes e organizações uma nova meta: a dos mil contos, cifra que no controlo de hoje será ultrapassada. No penúltimo controlo,

a camisola vermelha (1.º lugar por equipas) estava na posse da organização do Secundário Sul (152 pontos).

Quanto à classificação individual, o camisola amarela era o Paulo Canto e Castro, estudante universitário, com 113 metas cortadas.

O total registado na 3.ª «etapa» era de 735 688\$50.

Tal como disseram ao «Avante!» os camaradas da Comissão Coordenadora Central da Campanha, «a perspectiva que temos é a de um grande êxito da UEC, um êxito que possibilitará o reforço de toda a nossa actividade».

A lei amarela

Em síntese, a história é fácil de contar. Desde os primeiros meses de 1975, a direcção do PS dirige uma cruzada permanente e a níveis diversos contra a unidade e a organização do Movimento Sindical. Paritilhada nos últimos tempos pelo PPD e outros grupos e partidos reaccionários à frente da «União» amarela, essa cruzada acumulou derrotas sucessivas no campo sindical. Os êxitos que obteve são êxitos partidários pouco firmes. Pertencem à direita, ao patronato reaccionário e ao Imperialismo. A última das ofensivas em data dessa cruzada amarela é o projecto de lei do PS contra as associações sindicais.

Um repúdio generalizado e constante acompanha essa ofensiva dos divisionistas, que a CGTP-Intersindical Nacional considera «um atentado afrontoso contra os trabalhadores e contra os próprios fundamentos e continuidade do regime democrático e constitucional».

É muito o que está em jogo. A direcção do PS deve saber que o seu projecto de lei gonelista, que certamente passará com os votos da direita, poderá servir de «estábulo» para a UGT/PS/PPD, mas não terá aplicação prática no Movimento Sindical. É muito o que já se conquistou e a Constituição garante nesse campo das liberdades, direitos e garantias sindicais. As realidades bem visíveis da unidade orgânica nos Sindicatos não poderão submeter-se, à inconstitucionalidade da lei amarela. A curto prazo se provará que é inútil legislar contra essas realidades que não são apenas sindicais, mas têm a ver com a situação económica e política do País.

Razão tem por exemplo o Sindicato Livre dos Trabalhadores das Indústrias de Construção Civil, Pedreiras, Serração e Madeiras

e Carpintaria Mecânica do Alentejo, quando aponta e confirma a inócuência de um perigo contra o qual se têm desenvolvido a maioria das lutas de massas. «Se actualmente — afirma o Sindicato — o patronato se recusa constantemente a negociar os contratos de trabalho com os Sindicatos existentes, no futuro mais se recusará, se o projecto de lei PS entrasse em vigor».

Toda a estrutura do Movimento Sindical Unitário, que representa sem contestação a maioria esmagadora dos trabalhadores portugueses sindicalizados, está contra essa lei amarela que é a «lei» dos paralelos, do divisionismo, da conciliação de classes.

Alguns exemplos:

● **CGTP-INT**: «É inconstitucional, viola a convenção 87 da OIT e põe em causa a liberdade sindical». Põe entraves à declaração de greve... «Tem o objectivo de criar a cobertura legal de que a UGT carece, devido à inegável ilegalidade do seu acto constitutivo...»

● **Sindicato da Função Pública da Zona Norte**: Viola

«a liberdade sindical conquistada com o 25 de Abril».

● **Sindicato Livre dos Trabalhadores de Armazéns**: Contraria «os princípios de unidade, liberdade, democraticidade e independência do Movimento Sindical».

● **União dos Sindicatos de Lisboa (USL)**: «Cria um regime de excepção para os trabalhadores da Função Pública... permite ao patronato aplicar sanções por actos sindicais, contraria a proibição constitucional dos despedimentos sem justa causa e limita consideravelmente os direitos e garantias dos representantes sindicais».

● **Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira**: O projecto PS tenta «reduzir drasticamente a capacidade de exercício da actividade sindical a todos os níveis, prestando desta forma um valioso serviço ao patronato... Tenta «regulamentar aquilo que só aos trabalhadores diz respeito... Tenta «dar cobertura a todo o tipo de financiamentos das organizações sindicais fantoches».

● **Delegados sindicais do mesmo Sindicato**: «ingerência do Ministério do Trabalho na vida interna dos Sindicatos... Não permitiria «o alargamento dos direitos sindicais pela via da contratação colectiva», o que acontece com a Lei Sindical em vigor.

Um panorama das lutas e da razão dos trabalhadores

Esta empresa ignora reivindicações e reprime, aquela despede, uma não paga salários, outra ameaça com o despedimento colectivo, esta contrata «gorilas», aquela suspende, interroga, levanta processos. Num período aproximado de um mês, a partir da última semana de Abril, contamos só em empresas de vulto, normalmente com mais de 50 trabalhadores, muitas com mais de cem e algumas ultrapassando as centenas e atingindo mesmo vários milhares (CP, Sorefame, Lusalite, Panasqueira, empresas têxteis do Norte) mais de 50 conflitos graves levando dezenas de milhares de trabalhadores à paralisação, à greve e a outras formas de luta por direitos essenciais: contratação colectiva, garantia de emprego, liberdades sindicais e defesa dos seus organismos representativos nos locais de trabalho (ORTs).

Algumas dessas lutas abarcam sectores inteiros ou parte muito significativa deles (carveira, pesca da sardinha, construção civil, têxteis, função pública, comércio, hotelaria, ferroviários, assalariados rurais).

Há casos de verdadeira provocação e violência declarada. Patrões há que, apoiados por este Governo antinacional, querem transformar as empresas em campos de concentração. Só lhes falta o cárcere privado. Polícia privada já têm. Podem contratá-la. Podem dispor de «gorilas» levantando o telefone.

Patronato do passado e alguns gestores da confiança deste Governo passam por cima dos poderes constituídos, reprimem por meios legais, desprezam a Lei Fundamental do País.

Que resposta pode essa gente esperar dos trabalhadores? Se são os próprios responsáveis máximos pelas empresas que nelas instauram a instabilidade, o clima de desordem, provocando

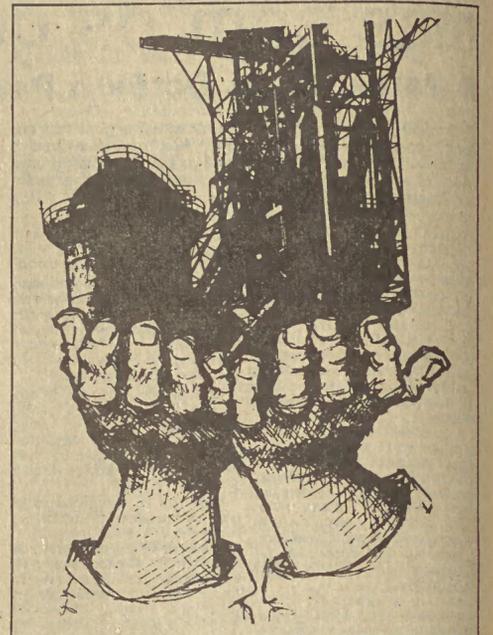
e tentando dismantlar a actividade organizada dos trabalhadores e os seus organismos legais de defesa, como se pode então evitar que os conflitos se exacerbem? Recorrendo à negociação e ao diálogo? Mas tem sido essa a orientação geral dos trabalhadores atingidos. Tem sido essa a acção prosseguida e proposta, mesmo durante as lutas, pelos organismos representativos dos trabalhadores — CTs, Comissões Sindicais e Intersindicais, Coordenadoras, Comissões de Negociação de contratos de trabalho e de cadernos reivindicativos.

Basta um olhar distraído pela imprensa democrática, pelas posições defendidas publicamente pelos trabalhadores, para que essa verdade surja clara. Mas ela nunca foi encarada honestamente por gestores e patrões que adiam por meses e anos a negociação da contratação colectiva, que fazem da insegurança de emprego uma

ameaça permanente, que criam um clima insuportável aos delegados sindicais e aos outros representantes dos trabalhadores, que chegam até ao submo, à prática da violência e ao despedimento abusivo para denegirem o Movimento Sindical, o desprestigiarem perante as massas trabalhadoras de modo a deixá-las sem a defesa comum, entregues ao divisionismo e ao salve-se quem puder.

É isso que os trabalhadores organizados não aceitam. É nisso que são apoiados por um número cada vez maior e mais significativo de trabalhadores sem partido ou com as opções políticas mais diversas, que vão tomando consciência dos perigos que os ameaçam e que só podem ser enfrentados com êxito lutando em comum, juntos com os outros trabalhadores, em unidade e defendendo a capacidade de luta do Movimento Sindical.

Enquanto os divisionistas defendem um projecto de lei contra as associações sindicais, que em vários aspectos se aproxima do estatuto fascista, enquanto gestores da Siderurgia Nacional se banqueteam à custa dessa empresa pública, enquanto este Governo de desastre se mantém e tenta fazer estragos ainda maiores, enquanto a arrogância do patronato mais reaccionário enche as páginas dos jornais da direita, os trabalhadores, sem abdicar da firmeza, procuram usar as suas armas com prudência, medindo caso a caso a situação das empresas, reivindicando o que é possível para manter os postos de trabalho, para fazer sair as



empresas da crise, para consolidar o regime democrático na via que a Constituição preconiza e defende. É essa a justiça inabalável das

suas lutas. É essa a responsabilidade de que diariamente dão provas e que a direita tenta denegrir e sabotar contra o interesse do País.

Três mandatos para a APU em Cabreiros

Pela primeira vez na sua história a freguesia de Cabreiros, no concelho de Arouca, teve a possibilidade de eleger, por voto secreto nas urnas, os representantes de toda a população na Assembleia de Freguesia. O acto eleitoral decorreu no passado domingo e os 45 votos conseguidos pela APU permitiram-lhe alcançar três lugares no novo órgão autárquico. Como resultado do novo recenseamento eleitoral estavam inscritos 213 eleitores. Votaram 151, que distribuíram 90 votos pelo PPD, 45 pela APU, tendo 13 ficado em branco e três sido considerados nulos. Abstenções foram 62, número que permite classificar de razoável a participação dos eleitores na escolha dos seus representantes.

De facto, Cabreiros, pese embora a sua aparente proximidade de Arouca ou de S. Pedro do Sul, é uma localidade extremamente isolada, sem qualquer ligação de transportes públicos, com estradas sem classificação possível e com os diferentes povoados bastante distantes uns dos outros. Todos estes factores poderiam ser, à partida, decisivos para uma grande margem de abstenções, o que não sucedeu e vem demonstrar o grande interesse daquelas populações em arrancar Cabreiros de um estado que, não sendo totalmente próprio da Idade Média, também não é, com toda a certeza, próprio do final do século XX.

A morte do antigo presidente da

Junta e a demissão de um dos outros dos componentes daquele órgão provocaram a necessidade de eleições intercalares. O pedido de demissão deveu-se exclusivamente a uma recusa em pactuar com um certo tipo de actuação das autoridades locais e concelhias, em muito responsáveis pelo autêntico congelamento da evolução de Cabreiros.

O elemento que se havia demitido — anteriormente eleito em plenário de cidadãos — integrou-se, desta vez na lista da APU, formada essencialmente na lista da Idade Média, não importando ideias políticas de cada um quando está em causa a melhoria das condições de vida da população.

Manifestações em diversas zonas do Alentejo são resposta das massas populares à agressão ilegal do MAP, que vem de semana a semana subindo de tom e volume.

O MAP faz tábua rasa dos acordões do Supremo Tribunal Administrativo — como é o caso da Galeana em que o secretário de Estado da Estruturação Agrária reafirma, por despacho, a reserva da herdade e da ganadaria, que o Supremo havia mandado suspender considerando a falta de base legal. O MAP continua a comandar o roubo de terras, de máquinas e de gados que, os reservatórios nunca possuíam. Funcionários do MAP actuam com um desplacer provocatório sem precedentes. Trabalhadores são expulsos das suas casas. Agrários, alguns de pistola em punho, acompanhados das famílias e de «um serviço de apoio» com camiões, invadem as terras de UCPs e Cooperativas acompanhados por funcionários

do MAP na marcação de reservas injustificáveis, incitam a GNR à violência. Numa palavra, por obra e graça do MAP reina no Alentejo e Ribatejo um clima de fora-da-lei, mesmo fora dessa lei inconstitucional tão justamente conhecida por Lei da Contra Reforma-Agrária, a Lei Barreto.

Esperariam o MAP e a reacção que o serve e por ele é servida, que os trabalhadores se intimidassem, desmobilizassem. As contas têm-lhe saído troçadas.

Não por repto a quem não tem a razão, não tendo a justiça, tem a força e a violência como meios. Não por desespero, nem por aventureirismo. Os trabalhadores agem serenamente e mesmo quando vêm o seu trabalho, o pão que semearam ficar moribundo na terra por abandono dos agrários absentistas ou pisado pelos contingentes que acompanham a entrega de reservas, não perdem a calma estes homens e mulheres de quem se diz: são os obreiros da Reforma Agrária. E não a perdem

por isso mesmo: porque são obreiros da Reforma Agrária, constroem a Reforma Agrária em cada dia não só quando ocuparam as terras, não só quando lançam a semente e a colhem mas igualmente enquanto a defendem — e transitoriamente, por vezes, a perdem. Constroem-na quando se manifestam em Mourão, como no sábado passado, para exigir a aplicação do acordão do Supremo ao caso da Galeana, quando se manifestam, como na segunda-feira, dia 27, em Mora, protestando contra a ofensiva que ameaça destruir a UCP «A Luta

é de Todos»; quando assistem em massa — multidão serena ainda que a revolta lhe faça doer — aos roubos do MAP, como foi o caso da reserva demarcada e do gado levado na UCP 1.º de Setembro, em Coruche. Constroem, igualmente, a Reforma Agrária quando afirmam que continuarão a lutar por todos os meios constitucionais ao seu alcance. Constroem-na, defendendo-a quando, como no caso do I Encontro das Mulheres do Concelho de Serpa realizado no passado domingo, exigem que «cesse imediatamente a atribuição



ilegal de reservas; a restituição dos trabalhadores das terras e máquinas que lhes foram roubadas; garantia e autonomia da viabilidade das UCPs e Cooperativas; crédito a longo e a médio prazo; pagamento das dívidas às UCPs e Cooperativas; suspensão e revogação imediata da Lei Barreto; demissão imediata do Governo Mota Pinto; um governo democrático ao serviço dos trabalhadores e do país».

Donde vem aos trabalhadores do Alentejo e do Ribatejo, fugitados pela crescente agressão do MAP, a força para resistirem, a força para serem mais e mais, lutando pelo cumprimento da Constituição, pela Reforma Agrária, pela democracia? Venham da certeza de que as ilegalidades que hoje sofrem não são para permanecer, venham da certeza da unidade e da razão venham-lhes, numa palavra, da confiança no futuro que hoje, com dificuldades embora, vão construindo.

Novos gestores — nova ameaça sobre a Banca nacionalizada

«Sem que os trabalhadores bancários seja dada qualquer hipótese de minimamente se pronunciar», apesar de a legislação específica expressamente o ordenar (DL 270/76, art.º 9.º, n.º 4), o Governo Mota Pinto, de péis para a cova e antes de exalar o último suspiro, pretende criar mais um factor de instabilidade no nosso país ao nomear para a Banca nacionalizada — sector chave da economia nacional — gente da sua confiança e da

confiança dos ex-banqueiros», revela a Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores Bancários. Num comunicado a Comissão anuncia que enviou uma carta ao secretário de Estado do Tesouro repudiando, nomeadamente, «a forma como o processo foi conduzido». Não se permitiu que os trabalhadores tivessem conhecimento antecipado dos futuros membros do Conselho de

Gestão para «os impedir de se pronunciar sobre os mesmos de forma consciente, antes da sua nomeação». A queia Secretária de Estado exige a «prorrogação do prazo de consulta aos trabalhadores». A Comissão Coordenadora exige ainda «a explicitação dos critérios que presidiram às propostas, quer de renovação de mandato quer da nomeação de novos gestores». A Comissão representativa dos trabalhadores da Banca informa aquele órgão do

Governo de que «não aceita qualquer nomeação para os Conselhos de Gestão», se não forem satisfeitas as legítimas reivindicações que apresenta. O comunicado confirma que as alterações nos Conselhos de Gestão se referem, pelo que entretanto se sabe, aos Bancos Espírito Santo e Comercial de Lisboa (BESCL), União dos Bancos Portugueses (UBP), Pinto & Sotto Mayor (BPSM), Borges & Irmão (BBI) e Crédito Predial Português (CPP).

Transportes de Braga tema de Seminário

O Seminário sobre os Transportes do distrito de Braga, realizado no passado sábado na Escola André Soares daquela cidade, acusou o Governo Mota Pinto de estar «apostado em boicotar a execução das decisões e da vontade popular», nomeadamente no que se refere à adjudicação dos serviços de transportes à Rodoviária Nacional, exigida pelas populações de Braga, Guimarães e Vila Nova de Famalicão, que consideram que esta solução é a que mais vantagens trará para utentes e trabalhadores.

Em numerosas intervenções foi constantemente recordado o isolamento em que ainda hoje

vivem muitas povoações, factor que tem impedido o seu progresso social e económico, e salientada a importância do papel que o poder local deverá desempenhar na definição de uma política nacional de transportes.

Para tanto, é não só indispensável a imediata e integral aplicação da Lei das Finanças Locais, como a aprovação de uma lei de delimitação de responsabilidades do poder central e local no que toca a investimentos.

Considerando ser urgente um esforço sério de cobertura completa do distrito em matéria de ligações rodoviárias, quer servindo povoações

e freguesias em relação à sede dos concelhos, quer servindo os vários concelhos entre si, os participantes responsabilizaram o Governo, através do MTC, de retardar a resolução do problema pois, quer os trabalhadores da actual concessionária privada (Sotube), quer a população, quer os trabalhadores da Rodoviária Nacional concordam ser esta última a que melhor condições tem para o fazer.

A posição assumida pelo PPD e CDS seria igualmente condenada. Num completo desrespeito pela vontade popular aqueles partidos aprovaram, na última sessão da Assembleia Municipal, a entrega dos

transportes urbanos de Guimarães a empresas privadas. Recorde-se que a Secretaria de Estado havia impedido a RN de se apresentar ao primeiro concurso.

Desta forma — como recordou um orador — não haverá hipóteses de uma correcta definição dos transportes urbanos, nos próximos anos, já que a concessão, que não é revogável, é atribuída por um prazo de dez anos, renovável por períodos de cinco.

Todos estes factos apontam para o empenhamento do Governo e partidos reaccionários em criar dificuldades à Rodoviária Nacional. É fácil perceber para quê...

Conferência de Solidariedade com o Povo Árabe

A decisão de instalar desde já em Lisboa uma Comissão de Informação da Conferência Mundial de Solidariedade com o Povo Árabe e a sua causa central — a Palestina — conta-se entre as conclusões mais importantes da reunião de Atenas do Secretariado Internacional Preparatório da Conferência — revela uma nota de imprensa do Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC), recentemente divulgada.

Segundo o mesmo documento, «esta Comissão de Informação,

cujas constituições foi confiada ao CPPC, tem por objectivo mobilizar a opinião pública nacional e internacional para a Conferência, através da divulgação do seu programa e objectivos, bem como a difusão de documentos sobre a situação dos povos árabes e, em particular, do povo palestiniano».

Em 4 e 5 de Julho decorrerá em Lisboa a próxima reunião do Secretariado Internacional Preparatório, que, entretanto, já aprovou um importante plano de actividades.

O presidente do Secretariado, Omar El Hamidi, dirigiu, tal como anuncia o comunicado do CPPC, uma mensagem de saudação pelo «trabalho desenvolvido com vista a assegurar o pleno sucesso da Conferência de Lisboa». «A realização desta Conferência em Portugal reveste-se de um significado particular devido à vitória do vosso povo contra o fascismo e o colonialismo, ao reforço das suas forças democráticas e progressistas e devido aos seus históricos laços de amizade com o povo árabe e à sua dedicação à causa da liberdade e da paz no Mundo» — afirma El Hamidi na sua mensagem ao CPPC. A terminar, expressa a sua confiança no êxito da Conferência, fruto do esforço abnegado do Conselho Português para a Paz e Cooperação. «Uma grande manifestação mundial de solidariedade com a justa causa do povo árabe e palestiniano, pela independência nacional, a democracia e a paz» — assim define El Hamidi a Conferência a realizar em Lisboa.

Sábado, festa da AIC na Baixa da Banheira

O próximo sábado, dia 2 de Junho, será dia de grande festa de crianças na Baixa da Banheira. A iniciativa é da Comissão Unitária do AIC da Baixa da Banheira (constituída pelas autarquias locais, o Secretariado das

Comissões de Moradores, o núcleo do MDM, associações de Amizade Portugal-Países Socialistas, Colectividades da Freguesia e Pioneiros de Portugal) e tem a colaboração do Centro de Bem-Estar Infantil. As actividades, que se realizam no Pinhal do Crespo, no Alto da Serra (próximo dos depósitos de água subterrâneos da Câmara Municipal da Moita) incluem diversas provas desportivas das 8 às 12 horas; piquenique de convívio; das 14 às 15 horas, colóquio sobre psicologia infantil por Albino Lopes; e das 15 às 20 horas, variedades, palhaços, Grupo Teatro Amador «Os Certos», actuação de diversos grupos de Canto Livre, exibição do Rancho Folclórico Infantil da Baixa Serra e, para culminar a alegria da midagem, a actuação de José Barata Moura.



Nas ruas do Porto os reformados manifestam o seu descontentamento face às pensões de miséria e ao agravamento das condições de vida.

Reformados do Porto lutam por melhores pensões

Explorados do passado estão em luta pelos reformados do futuro, era a frase inscrita num dos panos que, à mistura com bandeiras negras, seguia na manifestação de reformados do Porto, na tarde do passado sábado, convocada por diversas estruturas do sector.

Com esta jornada de luta, apoiada por inúmeras organizações populares e sindicais, os reformados do Porto

pretendiam exigir do Governo Mota Pinto a satisfação do seu caderno reivindicativo, nomeadamente no que diz respeito ao aumento das pensões.

Além disso, os reformados reivindicam ainda o direito à assistência médica e medicamentosa gratuita, descontos de 50 por cento nos transportes, direito a uma habitação condigna e que o Governo reconheça o Movimento

dos Reformados Pensionistas e Idosos (MURPI) como parceiro social, tanto mais que representa dois milhões de cidadãos na terceira idade.

Na concentração efectuada no Largo da Trindade, antes do desfile pelas ruas da «baixa», todos os oradores denunciaram a política do Governo MP que, como frisaram, tem dinheiro para pagar grandes indemnizações aos latifundiários e capitalistas

e não tem para nos aumentar as nossas míseras pensões. Solidarizando-se com a justa luta dos reformados, o Comité Local do Porto do PCP salientou, num documento tomado público, que as condições de vida dos reformados, já de si difíceis, têm sido substancialmente agravadas pela política de direita seguida nos últimos anos e, em especial, pela política reaccionária do Governo Mota Pinto.

edições Avante!

na FEIRA DO LIVRO Lisboa e Porto

LIVROS DO DIA 40% DE DESCONTO

AIC

Semana

23 Quarta-feira 1920 - É fundado o Partido Comunista da Índia.

Os resultados das eleições gerais ontem realizadas no Canadá dão a vitória ao Partido Conservador Progressista, terminando com o mandato do Partido Liberal, que durava há 12 anos. O Partido Conservador obteve menos um milhão de votos que o Partido Liberal, sendo no entanto vitorioso graças ao curioso sistema de proporcionalidades existente no país...

24 Quinta-feira 1734 - Nasce, na Suíça, Jean-Paul Marat, um dos maiores vultos da Revolução Francesa.

A África do Sul é expulsa da Assembleia Geral das Nações Unidas, depois de ter sido confirmada a rejeição das credenciais apresentadas por uma delegação do governo racista. A aviação e a artilharia sionistas bombardearam aldeias do sul do Líbano pelo segundo dia consecutivo, utilizando foguetes e "napalm", não é conhecido ainda o número de mortos e feridos...

25 Sexta-feira 1963 - É criada a Organização da Unidade Africana e assinada a "Carta da OUA".

São assassinados em pleno centro de Madrid três oficiais superiores do Exército espanhol - general Luiz Gomez Hortiguera e os coroneis Augusto Laso Corral e Juan Avalos Gomariz - e o soldado que conduzia o automóvel que os transportava. Gigan-tescas manifestações em todo o Irão protestam contra a ingerência norte-americana nos assuntos internos do país...

26 Sábado 1942 - É assinado em Londres um Tratado entre a URSS e a Grã-Bretanha de aliança na guerra contra a Alemanha nazi e os seus cúmplices na Europa e sobre a cooperação e assistência mútua depois da guerra.

Uma bomba explode num café do centro de Madrid, habitualmente frequentado por elementos de extrema-direita, causando dez mortos e meia centena de feridos, alguns dos quais em estado grave. Uma explosão de duas bombas em Luanda, num apartamento terrorista, mata uma pessoa e fere doze...

27 Domingo 1964 - Morre Jawaharlal Nehru, líder político da Índia que sucedera a Ghandi.

A agência TASS anuncia que filas de camiões, blindados e outros materiais de guerra dos racistas sul-africanos, passam por Windhoek e dirigem-se para as regiões do norte da Namíbia (ilegalmente ocupada pela África do Sul), o "ayatollah" Khomeini e os seus principais ajudantes acusam os EUA de tentarem assassinar o membro do Conselho revolucionário, Hashemi Rofsanjani...

28 Segunda-feira 1895 - José Martí, herói nacionalista cubano, morre em combate durante a Segunda Guerra de Libertação de Cuba contra o colonialismo espanhol.

O governo grego assina as actas de adesão que tornam a Grécia o 10.º país membro da Comunidade Económica Europeia; este acto deve ser ratificado pelos parlamentos dos países signatários, incluindo o parlamento grego, que se pronunciará oficialmente em meados de Junho...

Tensão política em Espanha

Dois factos marcaram, nas últimas semanas, a vida política espanhola - factos em si bem diferentes mas revelando, ambos, os problemas que se vivem em Espanha, e imprimindo-lhes a sua marca: os resultados, provisórios, do Congresso do PSOE e o vincado recrudescimento do terrorismo.

O momento culminante da escalada terrorista saldou-se em 17 mortos e 50 feridos em 48 horas. Ao assassinar em quatro militares - um general, dois coroneis e um soldado -, na manhã de sexta-feira, seguiu-se um atentado à bomba num café do centro de Madrid, perto da sede da organização fascista «Fuerza Nueva», que fez dez mortos e 50 feridos. Por outro lado, em Sevilha, durante um recontra armado entre a polícia e membros da organização terrorista GRAPO, morreram mais duas pessoas. Este ano, até ao actual recrudescimento da actividade terrorista, foram mortas mais de 50 pessoas. Grande parte dos assassinatos foi reivindicada pela organização separatista ETA.



Mesmo quando surge com uma face de esquerda o terrorismo serve objectivamente a direita

Um presidente nazi na RFA Porquê?

Em Bona, Marburgo, Regensburg, Hamburgo, e outras cidades da RFA, milhares de pessoas têm participado em manifestações de protesto contra a designação do nazi Karl Carstens para a Presidência da República, mais um acto da campanha de reabilitação dos nazis. Simultaneamente, Joseph Strauss, mundialmente conhecido pelas suas ideias - e a prática correspondente - de extrema-direita, anuncia a possibilidade da sua candidatura ao cargo de chanceler (o correspondente a primeiro-ministro) nas eleições de 1980. Strauss dirige a União Social Cristã (CSU), que corresponde, na Baviera, à União Cristã Democrática (CDU) - os mesmos partidos que apoiaram a designação de Carstens.

A designação de Carstens, como as anunciadas intenções de Strauss, não surgem por acaso - são factos que se inserem na realidade que se vive na RFA e que se radicam no interesse dos países capitalistas em preservar aqui as estruturas que ontem alimentaram o nazismo. A recuperação do nazismo tem sido a prática quotidiana na RFA - que permitiu a Carstens, como a muitos outros, o acesso à função pública e a cargos governamentais. É significativo que os círculos



O nazismo continua vivo na RFA, mas viva continua também a recordação dos seus crimes contra a Humanidade

se opõe às conquistas democráticas do povo espanhol.

PSOE: debate em torno do marxismo

Apenas 31 delegados se pronunciaram, no Congresso do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), a favor da proposta apoiada por Felipe Gonzalez, de abolição, nos estatutos do partido, da definição de marxista. Pelo voto de mais de dois terços dos delegados, o PSOE ficou definido como um partido «de massas, marxista, democrático e federal».

Este facto, que traduz as divergências internas entre os socialistas e o peso da sua ala esquerda, levou ao «golpe» da renúncia de Gonzalez, abrindo a crise do partido - na linha de desenvolvimento de uma situação que já vem de longe, de quando há cerca de um ano foram expulsos, do democrático PSOE, 400 militantes, pela curiosa razão de serem «marxistas de mais».

Depois de falhadas as tentativas sucessivas para escolher uma nova comissão executiva, o congresso optou pela nomeação de uma comissão de gestão que dirigirá o partido até à realização de um congresso extraordinário previsto para daqui a três meses.

Entretanto, significativamente, e apesar de a maioria no

Congresso agora encerrado se ter pronunciado pela definição do PSOE como marxista, as previsões para o Congresso extraordinário são a reeleição de Felipe Gonzalez num partido socialista já amoldado, estatutariamente, ao seu conceito de socialismo e de democracia.

O PSOE é o segundo partido mais votado em Espanha, tem um apreciável peso na vida política espanhola. O que se passa entre os socialistas não ocorre à margem dos outros acontecimentos e influências nacionais. Não é por acaso que surgem opiniões tão claras como a do secretário-geral da União do Centro Democrático (UCD), Arias Salgado, que afirmou: «Segundo a perspectiva do Estado, os resultados do congresso do PSOE são preocupantes, não só pelos perigos da interinidade, mas porque a linha que representava a comissão que saiu parecia a mais adequada para a consolidação do processo democrático».

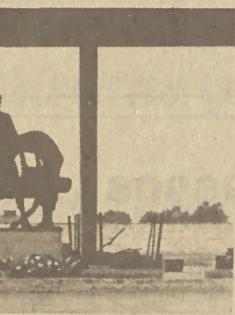
Para a RFA estes factos significam um encorajamento ao recrudescer das actividades nazis, ao endurecimento da repressão, nomeadamente no cínico domínio das interdições profissionais, que rouba o direito ao trabalho a quem não esteja de acordo com a política oficial.

A nível internacional - face a um presidente que se pronuncia por teses revanchistas como a «reunificação da Alemanha» e se declara inimigo da normalização das relações com os países socialistas - há o perigo de uma degradação do clima de coexistência pacífica, de um recuo na situação de compromisso criada, a que a política agressiva da NATO dá um cariz mais preocupante.

Entretanto a ofensiva nazi esbarra não só com a própria realidade internacional, com protestos que abarcam mesmo meios oficiais nos EUA, como com a resistência na RFA, expressa nas últimas manifestações - e que tende a reforçar-se. O terreno em que se esforça por viver hoje é radicalmente diverso daquele em que medrou ontem.

A subida de um nazi à Presidência está dentro desta lógica. Mas constitui - como

projecto de lei de absolvição dos nazis - um perigo suplementar, em particular para o equilíbrio imprescindível na Europa central, na fronteira entre o mundo capitalista e o mundo socialista.



para os delegados sindicais. A greve afecta a actividade jornalística de 20 emissões de rádio, sete canais de televisão e uns trinta jornais de circulação diária, abrangendo ao todo cerca de dez mil jornalistas.

Zimbabué, Namíbia e a libertação de África

No dia 25 de Maio - dia da libertação de África - comemorou-se o 16.º aniversário da criação da Organização de Unidade Africana (OUA). Em 1963, três anos após o início do grande impulso no movimento de libertação do continente, chefes de 30 Estados africanos independentes reuniram-se em Addis-Abeba, decidindo coordenar a sua acção contra o neocolonialismo e o «apartheid». Posteriormente viriam a aderir à OUA todos os Estados africanos que sucessivamente foram adquirindo a independência - dando origem a uma forte ainda que heterogénea organização de países africanos que os insistentes esforços das antigas potências coloniais têm sido impotentes para cindir e desmantalar. Hoje, quando em África se trava uma batalha decisiva no Zimbabué e na Namíbia, e se gera nessa confrontação o perigo de criação de um foco de guerra no continente, a OUA assume ainda uma nova importância, podendo vir a tornar-se numa sólida arma anticolonialista, também no plano militar, no caso de se concretizar a proposta de criação de uma força de defesa dos Estados membros contra ingerências armadas externas.

Sábado, no parque de diversões de Luanda, foi morta uma criança e feridas oito, para além de quatro adultos, pelo criminoso rebentamento de duas bombas. No fim-de-semana anterior tropas sul-africanas atacaram a cidade de Catal na província de Cuando Cubango, no Sul de Angola. O terrorismo e a intensificação dos ataques armados contra Angola coincidem, e não por acaso, com os renovados esforços por parte do governo sul-africano para manter o domínio ilegal da Namíbia, onde foi oficialmente inaugurada a «Assembleia Nacional Legislativa do Sudeste Africano», nova expressão do domínio de Pretória sobre este país, tendente a uma declaração unilateral de uma independência-farsa, em confronto com o plano das Nações Unidas para a independência do povo namibiano. Entretanto, filas de camiões, blindados e outro material de guerra sul-africano dirigem-se para as regiões norte da Namíbia, fronteira com Angola, onde já estão concentrados importantes contingentes de tropas de Pretória, enquanto milhares de reservistas são mobilizados por toda a África do Sul. As despesas militares sul-africanas atingem níveis record e os efectivos das tropas quase duplicaram desde 1960. Simultaneamente, são formadas 700 «unidades de defesa civil» para intervir no caso de «circunstâncias extraordinárias».

A Rodésia surge como o outro ponto determinante de tensão em África - mas também onde, tal como na Namíbia, mais se aproxima o ponto de ruptura, o golpe final do movimento de libertação contra o domínio do «apartheid». Estados Unidos e Grã-Bretanha desmascaram os seus propósitos neocolonialistas, preparando o reconhecimento do governo-fantoches de Muzorewa, que Cyrus Vance, secretário de Estado norte-americano, se apressa a apadrinhar, considerando-o uma «nova realidade», enquanto o governo conservador britânico lança uma ofensiva diplomática, também em África, destinada a dar cobertura ao seu jogo na Rodésia. Sanções económicas, que na realidade atingem directamente os interesses económicos das multinacionais com sede em Washington, Londres ou Paris, estão neste momento em jogo: na Rodésia onde os governos da Grã-Bretanha e EUA estudam o levantamento das sanções; na África do Sul, país para que a Assembleia Geral das Nações Unidas deverá pedir sanções económicas face às posições assumidas por Pretória em relação à Namíbia - pedido entretanto sujeito ao veto dos EUA, da Grã-Bretanha e da França.

Povo do Irão contra imperialismo

Milhões de manifestantes, em diversas cidades do Irão, exprimiram o profundo protesto popular contra as tentativas de ingerência na vida interna do seu país por parte de Washington, que se pronunciou contra os julgamentos revolucionários dos elementos do aparelho repressivo do Xá. Cínica posição de um regime que sustentou a ditadura, ajudou as múltiplas formas desse mesmo aparelho repressivo, não se mostrando então sensível aos assassinatos cometidos contra o povo iraniano.

Por outro lado, a realidade iraniana continua a incluir facetas aihelas a uma evolução social positiva do país. Tentativas de estrangulamento da imprensa livre, não submetida aos ditames islâmicos, foram denunciadas num comício de esquerda que reuniu cerca de 50 mil pessoas. Os insistentes apelos ao desarmamento dos civis radicam de facto na desconfiança por parte das autoridades em relação ao movimento popular. A mesma desconfiança reflecte-se nos apelos do primeiro-ministro para a não participação dos trabalhadores nos assuntos do Estado. Também no decurso das grandes manifestações populares contra as tentativas de ingerência nos problemas internos do Irão por parte de Washington, uma manifestação na capital iraniana, por iniciativa das organizações laicas, foi perturbada pela acção de provocadores que gritavam palavras de ordem anticomunistas, destinadas a opor a população islâmica à esquerda laica - a grande esperança, o recurso básico do imperialismo, para pôr termo ao processo revolucionário no Irão.

Factos contraditórios continuam a pontuar a evolução da vida política iraniana. A clara rejeição da ingerência dos EUA manifesta-se de múltiplas formas. Há dias o ayatollah Khomeini e os seus principais ajudantes acusaram os Estados Unidos de tentarem o assassinato do membro do

Breves notícias

● A traição de Sadat à luz do incêndio libanês - A imprensa noticiava no passado dia 25 que a aviação e a artilharia israelitas haviam bombardeado, em dois dias consecutivos, aldeias no sul do Líbano utilizando foguetes e «napalm». Desconhecia-se o número de mortos e feridos, mas sabia-se que a agressão atingira também as forças das Nações Unidas estacionadas na área. Decerto que o «napalm» se dirigia apenas e estritamente às populações civis das aldeias, ficando-se a agressão aos «capacetes azuis» como um mais que certo «erro de cálculo». Estas agressões - que são agressões directas dum país contra outro, sublinhe-se - obedecem a desígnios muito claros ditados pela estratégia norte-americana para o Médio Oriente e que pretendem, fundamentalmente, pressionar as autoridades libanesas a «negociar» directamente com

Israel. É aqui que se torna mais visível o alcance da traição do presidente egípcio Sadat ao assinar a paz separada com os sionistas - com essa «paz» enfraqueceu o mundo árabe a curto prazo (e à custa do completo isolamento do Egipto entre a comunidade árabe), enquanto abriu aos sionistas ampla margem de manobra que lhes permite não só apoiar descaradamente todas as acções dos direitistas libaneses, (o que, de resto, sempre aconteceu), como - e sobretudo - os moralizou para este tipo de agressões, firmemente exortadas visando uma ingerência muito mais vasta. ● As eleições «made in Canadá» - Houve eleições no Canadá - para a Câmara dos Comuns, mais precisamente - e assistiu-se a um fenómeno que apenas seria curioso (como, de resto, o são todos os fenómenos) se ele não

abalsasse a reputação, o perfil de algo meticulosamente erguido: a «democracia ocidental». A estas eleições concorreram duas forças fundamentais, o «Partido Liberal» liderado por Pierre Trudeau, que conservava a liderança política do país há já doze anos, e o «Partido Conservador Progressista Canadiano», agrupamento político arívista, reaccionário, que explora demagogicamente tendências separatistas, inspiradas na oposição entre os colonizadores do país - a Inglaterra e a França -, na actualidade materializadas em duas «zonas» - a de língua inglesa e a de língua francesa. O resultado destas eleições, mediante a «mágica» da proporcionalidade ocidental, permitiu que o Partido Conservador, embora obtendo menos um milhão de votos que o Partido Liberal, viesse a conquistar 136 lugares na Câmara, menos seis que os necessários para a maioria, enquanto os liberais eram contemplados com uns magros 112 assentos na dita Câmara... ● Bokassa: seria cómico se não fosse trágico - Bokassa pertencia ao Exército colonial francês em Oubangui-Chari, possessão africana que o neocolonialismo converteu em país «independente» em 1960 sob o pseudónimo de «República Centro-Africana». As vicissitudes desse neocolonialismo levaram ao poder Bokassa que, entretanto, destabou na megalomania mais ou menos inevitável em todos os homens de mão do imperialismo. Essa megalomania levou-o a auto-proclamar-se «imperador», a definir o seu país como o «Império Centro-Africano». O imperialismo apoiava-o com firme benevolência (em particular o governo francês) pois não esquecia que o dito «império» possuía a 4.ª reserva mundial de urânio do mundo. Mas a situação do país - um dos mais miseráveis do planeta - degradou-se ainda mais, se

IX Congresso do PCP/com Portugal pela Democracia

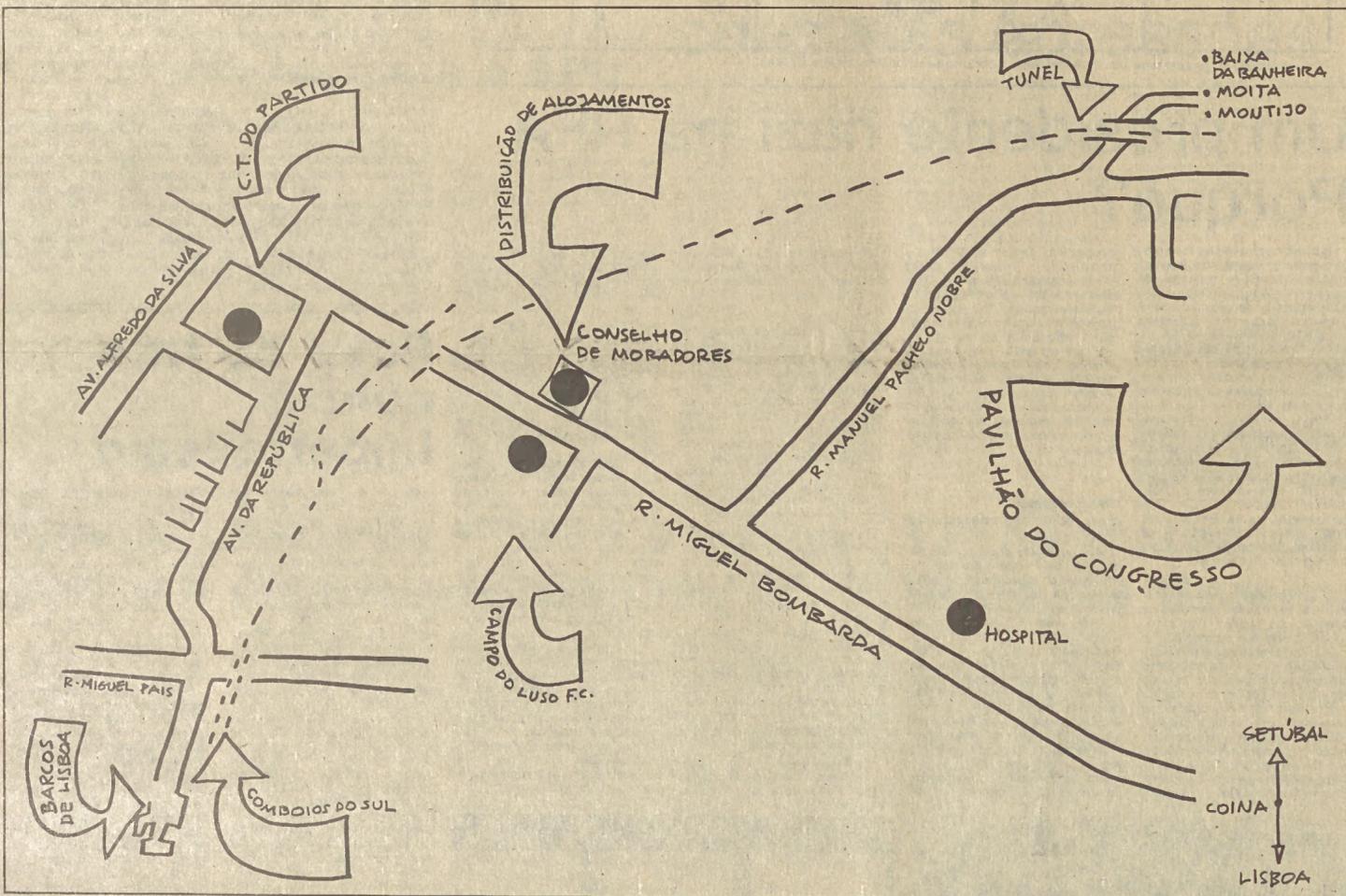


Horário das sessões

DIA	SESSÃO	MANHÃ			TARDE			NOITE	
		Início	Intervalo	Encer.	Início	Intervalo	Encer.	Início	Encer.
31/V	1.ª sessão	9.30 h.	11.00 – 11.30 h.	13.00 h.	—	—	—	—	—
	2.ª sessão	—	—	—	15.00 h.	17.30 – 18.00 h.	20.30 h.	—	—
1/VI	3.ª sessão	9.00 h.	11.00 – 11.30 h.	13.00 h.	—	—	—	—	—
	4.ª sessão	—	—	—	15.00 h.	17.30 – 18.00 h.	20.30 h.	—	—
2/VI	5.ª sessão	9.00 h.	11.00 – 11.30 h.	13.00 h.	—	—	—	—	—
	6.ª sessão	—	—	—	15.00 h.	17.30 – 18.00 h.	20.00 h.	—	—
	7.ª sessão	—	—	—	—	—	—	21.30 h.	23.30 h.
3/VI	8.ª sessão (*)	8.30 h.	—	10.00 h.	—	—	—	—	—
	9.ª sessão	11.30 h.	—	13.30 h.	—	—	—	—	—

(*) Sessão reservada a delegados

Todos os delegados devem estar no Pavilhão 30 minutos antes do início de cada sessão. Igualmente os convidados devem estar no Pavilhão 30 minutos antes da sessão a que se refere o seu convite.



Serviços de apoio

A informação dada no último número do "Avante!" sobre o transporte para os camaradas dos serviços de apoio necessita de uma rectificação.

Na verdade, o autocarro que parte do Centro de Trabalho Vitória e do Centro de Trabalho da Rua Soeiro Pereira Gomes às 7 e às 7 e 30, respectivamente, tem uma lotação limitada e destina-se apenas aos camaradas que, por absoluta necessidade das suas tarefas, recebam indicação no sentido de o utilizar.

Tal como os delegados e convidados, a maioria dos militantes que se tenham de deslocar ao Barreiro para apoiarem os trabalhos, terão assim de utilizar os transportes a que se faz referência nesta mesma página.



Restaurantes

No recinto do Pavilhão do Congresso existem restaurantes para os delegados. As senhas de refeição podem ser adquiridas no próprio pavilhão e têm assinalado o restaurante a que se referem (Ex: R3 para o restaurante 3 cuja localização está na própria senha).

No parque fronteiro ao Pavilhão existem também diversos bares e restaurantes para convidados.

Transportes e acessos

Barco

Os barcos para o Barreiro das carreiras regulares partem de Lisboa da Estação Fluvial do Sul e Sueste, junto ao Terreiro do Paço. A travessia demora cerca de 30m.

O barco chega ao Barreiro à estação fluvial e para a deslocação para o Pavilhão do Congresso há duas possibilidades:

- o autocarro de carreira n.º 7;
- o comboio até à estação do Lavradio (é a segunda paragem).

Automóveis ou autocarros de excursão

Provenientes de Lisboa

Ponte 25 de Abril – Troço de auto-estrada do Sul ao Casal do Marco – Estrada Nacional 10 até Coina – Em Coina, desvio à esquerda para o Barreiro – À chegada ao Barreiro, seguir a avenida por onde se entra

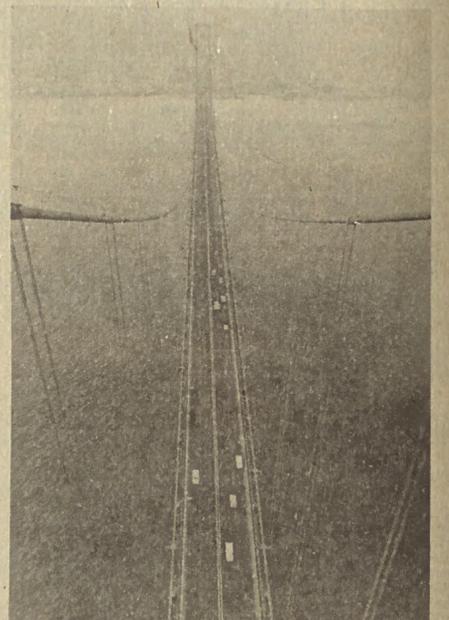
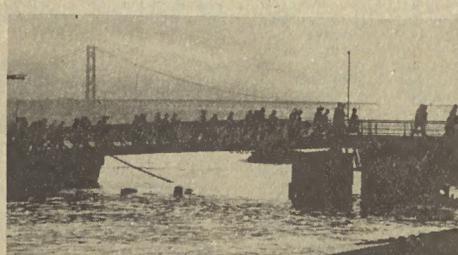
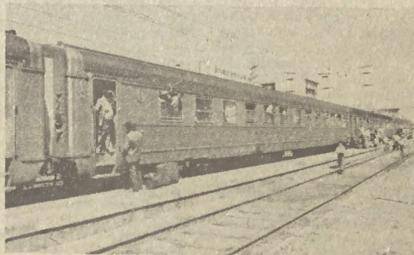
(Rua Miguel Bombarda), virar à direita na Rua Pacheco Nobre e seguir sempre em frente.

Provenientes do Norte

Ponte de Vila Franca – Depois de Porto Alto, desvio à direita por Alcochete, Montijo, Moita, Alhos Vedros, Baixa da Banheira, Barreiro – À chegada ao Barreiro, desvio à esquerda passando sob a linha de caminho-de-ferro.

Provenientes do Sul

EN 10 até Coina – Desvio à direita para o Barreiro – À chegada ao Barreiro, seguir a avenida por onde se entra (Rua Miguel Bombarda), virar à direita na Rua Pacheco Nobre e seguir sempre em frente ou Setúbal – Palmela – Moita – Alhos Vedros – Baixa da Banheira – Barreiro – À chegada ao Barreiro, desvio à esquerda passando sob a linha do caminho-de-ferro.



Atenção! Não esquecer no sábado e no domingo de manhã os engarrafamentos na Ponte 25 de Abril!